

ENTREVISTA

Ministro Dyogo Oliveira,
do Planejamento

CHINA

Ainda não é economia
de mercado, diz CNI

SENAI

A reforma do
Ensino Médio

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 9 | Fevereiro 2017

DE VOLTA AOS TRILHOS?

AS AÇÕES MICRO E MACROECONÔMICAS DO GOVERNO
PARA FAZER O TREM DA ECONOMIA VOLTAR A ANDAR



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CATÁLOGO DE EXPORTADORES BRASILEIROS

LEVANDO EMPRESAS
DO BRASIL PARA O MUNDO



O Catálogo de Exportadores Brasileiros é um canal on-line que divulga para o mundo todo mais de 16 mil negócios de diversos segmentos, responsáveis por 81% do volume total de exportações do país.

Acesse www.brasil4export.com e faça negócios com as empresas que mais exportam.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



CARTA AO LEITOR

Esperando um trem que não consegue sair da estação inicial, o governo do presidente Michel Temer decidiu somar incentivos microeconômicos ao conjunto de reformas estruturais que tenta aprovar no Congresso Nacional. Várias medidas foram anunciadas em dezembro e outras virão em seguida, segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Economistas e analistas receberam bem o pacote de fim de ano, indicando acerto na direção das iniciativas governamentais. Entretanto, dizem, ainda falta muito para dar às empresas um ambiente de negócios que gere confiança e otimismo, o que traria de volta os investimentos e os empregos.

A extensa reportagem de capa desta edição enumera razões e análises que dão conta da gravidade da situação atual. Mas o texto não se dobra ao pessimismo. Indica também tópicos que deveriam ser mais bem analisados pelo governo para dar combustível à estagnada máquina econômica brasileira. Mais crédito, menos burocracia no licenciamento ambiental e simplificação tributária demandam ação urgente, dizem os especialistas.

No Congresso Nacional, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) vai além. O parlamentar defende uma ampla renegociação das dívidas empresariais que devolva liquidez ao caixa do setor produtivo. “É preciso fazer um super Refis”, afirma o tucano.

A edição inaugural de 2017 também detalha a tramitação da reforma da Previdência no Congresso Nacional. Depois de ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, o texto vai, agora, à Comissão Especial na mesma Casa e passará por dezenas de sessões até chegar à votação decisiva no Senado Federal. Se o governo demonstrar efetiva coordenação parlamentar, a reforma estará aprovada até o final do semestre legislativo.

Outros temas importantes são a aspiração chinesa para ser reconhecida como economia de mercado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a primeira série de indicadores econômicos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 2017, e a avaliação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) sobre a proposta do governo federal de reforma do Ensino Médio no Brasil.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

**DIRCOM – Diretoria de Comunicação
CNI/SESI/SENAI/IEL**

Diretor

Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

**DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO
FSB COMUNICAÇÃO**

Consultor editorial

Wladimir Gramacho

Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem

Beatriz Borges

Iara Vidal

Isabel Sobral

Vivaldo de Sousa

Projeto gráfico e editoração

Armando Salmito | FSB Design

André Monteiro

Daniel Barroca

Revisão de texto

Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

ARTIGO DO PRESIDENTE



ARTIGO DO
PRESIDENTE

6



SUMÁRIO

CAPA



REPORTAGEM DE CAPA

Especialistas analisam em detalhes o esforço do governo federal para reativar a economia com medidas de caráter microeconômico

8

AGENDA LEGISLATIVA



PREVIDÊNCIA

Tramitação no Senado deve durar 40 dias

30

GIRO BRASIL



GIRO BRASIL

Construção civil reage em Pernambuco

40

INFOGRAFIA

Um resumo das principais medidas e seus efeitos esperados

16

O QUE FALTA FAZER

Novas medidas ainda são necessárias para reaquecer a economia

18

EXECUTIVO

Ministro Dyogo Oliveira explica, em entrevista, a estratégia do governo

24

CONGRESSO

Deputado Luiz Carlos Hauly defende medidas que protegem o fluxo de caixa das empresas

26

INDÚSTRIA EM AÇÃO

INDÚSTRIA EM AÇÃO

Empresários apoiam reforma previdenciária

28

COMPETITIVIDADE

CHINA

CNI mantém posição contra reivindicação china na OMC

32

ARGENTINA

Fórum pretende reaquecer relações com o país vizinho

34

TERMÔMETRO ECONÔMICO



TERMÔMETRO ECONÔMICO

Consumidor mais confiante no início do ano

36

NOTAS

Aprovação do governo Temer continua baixa

38

GIRO GLOBAL



GIRO GLOBAL

Economia alemã deve crescer em 2017

42

SESI / SENAI / IEL



ENSINO MÉDIO

Aprovação da MP é avanço para ensino técnico

44

SINAIS PROMISSORES PARA 2017

A economia brasileira registrou dois anos de dura recessão, que pode ser interrompida em 2017 por um leve crescimento, se as previsões se concretizarem. Continuará, porém, sendo um cenário muito difícil, que gera preocupações. A indústria nacional ainda enfrenta um dos piores momentos da história recente, com o fechamento de fábricas, dificuldades para manter os compromissos financeiros e, infelizmente, com demissões em larga escala.

Mas, mesmo em um período ruim, de atraso no debate das medidas para o retorno do crescimento, houve sinais promissores de que o país pode voltar aos trilhos. Com a contribuição da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das federações estaduais das indústrias, pudemos comemorar avanços em áreas como o equilíbrio fiscal, o envio ao Congresso de uma proposta de reforma da Previdência

e o início da discussão de mudanças na legislação trabalhista.

No campo das relações de trabalho, crucial para elevar os investimentos e gerar empregos, o governo remeteu à análise dos parlamentares uma minireforma da legislação. Outro passo relevante foi a instrução que criou procedimento especial para a fiscalização das exigências da Norma Regulamentadora nº 12 (NR 12), sobre segurança no uso de máquinas e equipamentos. Acidentes ocorridos no trajeto para o trabalho deixarão de ser computados no cálculo de aposentadorias especiais e benefícios quando o ato normativo for publicado.

Na infraestrutura, outro setor imprescindível para aumentar os investimentos públicos e privados e impulsionar a economia, tivemos o fim da regra que obrigava a Petrobras a ser sócia e operadora única do pré-sal, além da exclusão da necessidade

de participação da Infraero nas concessões dos aeroportos. Houve, ainda, o início das privatizações das companhias estaduais de energia elétrica, a aprovação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e novidades em saneamento, agências reguladoras e acordos marítimos.

Na esfera da política econômica e tributária, conseguimos a simplificação do Bloco K, que estabelece uma série de regras de apresentação de dados às autoridades fiscais. A alíquota do Reintegra, que devolve parte dos impostos embutidos nas exportações, foi mantida em 2017. Os governos estaduais descomplicaram algumas obrigações acessórias. O Supersimples, regime de pagamento único de impostos, foi modificado, instituindo vantagens para micro e pequenas empresas.

Particularmente em relação às finanças públicas, o Congresso aprovou a importante proposta que limita o aumento dos gastos públicos por 20 anos e prorrogou, até 2023, a Desvinculação de Receitas Orçamentárias (DRU), que dá mais liberdade no manejo do Orçamento da União. Na esfera puramente estatal, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão, foi relançado, reabrindo o debate dos programas e ações com a sociedade. Além disso, critérios mais rígidos para as nomeações em cargos de direção em estatais foram estabelecidos.

Ainda registramos exemplos de vitórias nos campos de comércio exterior, propriedade

intelectual, política industrial e a criação do programa Brasil Mais Produtivo, que nasceu de uma experiência desenvolvida na CNI. Também houve avanços nas normas de meio ambiente, inovação, tecnologia e educação. Enfim, 2016 não foi de todo perdido, pois a indústria celebrou a aprovação de projetos que ajudam a destravar o caminho do crescimento. Neste ano, com trabalho árduo e persistência, com certeza, conseguiremos ainda mais.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade

AJUSTANDO AS ENGRENAGENS

GOVERNO TEMER DIVULGA AGENDA DE MEDIDAS MICROECONÔMICAS PARA ESTIMULAR O CONSUMO E A PRODUÇÃO ENQUANTO NEGOCIA, NO CONGRESSO, AS REFORMAS ESTRUTURAIS

CNI considera que medidas estão na direção certa, mas que ainda falta atenção ao fluxo de caixa das empresas, prejudicado pela recessão prolongada

Estagnada há dois anos, a máquina econômica brasileira precisa de algumas grandes reformas e vários pequenos reparos. Por isso, nos últimos dias de 2016, o governo Michel Temer abriu, pela primeira vez, sua caixa de ferramentas para resolver os problemas que parecem menores, mas têm causado enorme prejuízo ao setor produtivo. Após reunir-se com o presidente para obter seu aval expresso, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, anunciou, no dia 15 de dezembro, novas regras que pretendem lubrificar e ajustar as enferrujadas e descompassadas engrenagens da economia nacional.

Sem abandonar a agenda de reformas estruturais, que depende do Congresso Nacional, o governo quer, agora, atuar também no nível microeconômico. As medidas miram quatro objetivos: regularizar as dívidas tributárias em atraso, simplificar o pagamento de impostos, tornar mais acessíveis os créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento

Social e Econômico (BNDES) e reduzir o custo de empréstimos bancários.

As medidas foram anunciadas no mesmo dia em que o Congresso Nacional promulgou a emenda constitucional que limita a correção dos gastos públicos pela inflação passada. Vencida essa parte do processo de ajuste fiscal, o presidente Michel Temer pretende aprovar, ainda neste ano, mudanças na Previdência Social. Ao mesmo tempo, quer estimular a atividade econômica e atrair investimentos privados para infraestrutura, por meio de concessões públicas.

Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados, destaca que as medidas estão voltadas para o crescimento de longo prazo. Segundo ele, é importante aliar o corte de gastos públicos com incentivos ao setor produtivo. Apesar de ressaltar que as turbulências do cenário político ainda continuam, Vale afirma que, se for mantida a linha adotada até agora, com as reformas estruturais e uma agenda microeconômica,

estão dadas as condições para a recuperação da atividade produtiva num dos piores países do mundo para se fazer negócios, segundo o Banco Mundial.

“Com as questões macroeconômicas bem encaminhadas, o governo percebeu que há espaço para outros ajustes. Esse conjunto de medidas é importante porque não houve escolha de setores ou segmentos. Foram medidas gerais, que valem para todo mundo. Esse é um diferencial importante em relação ao governo anterior”, afirma Vale.

Ele destaca, ainda, o fato de o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ter convidado o professor João Manoel Pinho de Mello para coordenar a elaboração de uma agenda de reformas microeconômicas. Professor do Insper, Pinho de Mello é especialista nas áreas de microeconomia bancária, organização industrial e economia política, e deve assumir o cargo em março. “As grandes novidades ainda estão por vir”, antecipa Vale.

OS PAÍSES SÃO OS PIORES DO MUNDO PARA SE FAZER NEGÓCIOS

(Ranking dos países onde é mais fácil conduzir uma empresa)

OS DEZ PRIMEIROS DO RANKING MUNDIAL	OS PRIMEIROS DA AMÉRICA DO SUL
 Nova Zelândia	 Colômbia (53º)
 Cingapura	 Peru (54º)
 Dinamarca	 Chile (57º)
 Hong Kong	 Uruguai (90º)
 Coreia do Sul	 Paraguai (106º)
 Noruega	 Equador (114º)
 Reino Unido	 Argentina (116º)
 Estados Unidos	 Brasil (123º)
 Suécia	
 Macedônia	

Por meio do Programa de Regularização Tributária (PRT), o governo quer regularizar dívidas em atraso de pessoas físicas e jurídicas com a Receita Federal, que chegaram a R\$ 184,4 bilhões em novembro do ano passado. Elas poderão parcelar o pagamento dos débitos vencidos até 30 de novembro de 2016 em até 120

meses. Quem estiver contestando judicialmente a dívida precisará desistir do recurso para aderir ao programa. O valor parcelado terá juros calculados com base na Selic.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o PRT representa uma alternativa para o equacionamento dos

passivos tributários das empresas. Embora as condições apresentadas pelo governo sejam melhores do que as disponíveis atualmente, a entidade considera que estão muito aquém das necessidades das empresas diante da conjuntura econômica adversa enfrentada nos últimos três anos.

Observação: Dados de junho de 2016

Fonte: Doing Business / Banco Mundial (Bird) – 2017

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS COM A RECEITA FEDERAL (EM R\$ BILHÕES)



*Dados até novembro

Fonte: Receita Federal

O prazo máximo de 120 meses para pagamento dos passivos, no caso de empresas que não usarão prejuízo fiscal (ou seja, todas as empresas optantes pelo Lucro Presumido e outras optantes pelo Lucro Real), é considerado insuficiente pela CNI. Motivo: o pagamento em parcelas fixas sobrecarrega o fluxo de caixa das empresas em um momento de baixa nas receitas.

A proposta do setor industrial é que as parcelas sejam calculadas com base em um percentual sobre a receita da empresa, ou seja, que não existam prazo e parcelas fixas para quitação total da dívida. Dessa maneira, se o faturamento da empresa cair nos meses seguintes, o valor a ser pago também é ajustado, facilitando o pagamento.

Ao buscar regularizar a situação tributária, o governo pretende, também, viabilizar o recebimento de tributos em atraso

na esfera federal. O agravamento da situação econômica nos últimos três anos fez com que muitas empresas, endividadas e com dificuldade de acesso ao crédito, atrasassem o recolhimento de tributos.

Para manter as operações, as empresas privilegiaram pagamentos a fornecedores, empregados e bancos, e adiaram o recolhimento de tributos, explica Flávio Castelo Branco, gerente-executivo da unidade de Política Econômica da CNI. Essa prática criou um passivo que, a médio e longo prazo, pode inviabilizar a operação das empresas. Por outro lado, o não recolhimento de tributos ao governo, por longo período, tem impacto sobre o orçamento público, comprometendo o funcionamento do Estado.

“Essas medidas vão ajudar no processo de recuperação que está em andamento”, afirma Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor de Política Monetária do

Banco Central e sócio-fundador da Mauá Capital. Para o consultor Luiz Rizo, a medida pode aliviar a situação das empresas em dificuldades, mas não resolve o problema principal, especialmente das médias e pequenas, que é o acesso ao crédito com custos compatíveis com suas capacidades empresariais e de pagamento.

A CNI sugere, ainda, as seguintes mudanças no PRT: incluir a redução de multas e juros na consolidação do passivo a ser regularizado e permitir a possibilidade de alteração nas condições de pagamento das parcelas referentes ao programa, no caso de queda nas receitas da empresa em função do agravamento da crise econômica. Além disso, quer a inclusão dos débitos de natureza não tributária, relativos ao governo federal, agências reguladoras e quaisquer outros na consolidação dos passivos.

DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA CRESCEU NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS (EM R\$ BILHÕES)



*Dados até novembro

Fonte: Receita Federal

O pacote anunciado pelo governo também permite a quitação de dívidas previdenciárias com créditos de outros tributos administrados pela Receita Federal. Só com a Previdência, as dívidas somavam R\$ 145,4 bilhões em novembro de 2016. As empresas poderão, ainda, usar prejuízos de exercícios anteriores para abater parte dos tributos federais que elas têm a recolher. Além disso, o

governo decidiu eliminar gradualmente, em dez anos, o adicional de 10% sobre o saldo do FGTS que é recolhido pelas empresas nos casos de demissões sem justa causa.

Para a CNI, a medida deve estimular a contratação de mão de obra no momento de retomada do crescimento econômico, pois o menor custo para demitir faz com que os empresários sejam

menos cautelosos para realizar contratações. No entanto, especialistas afirmam que a medida não tem impacto imediato para estimular a economia. Esse adicional foi criado de maneira temporária em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, após a Justiça determinar a reposição das perdas do FGTS devido aos expurgos de planos econômicos.

VOLUME DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BNDES CAIU PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO EM 2016



Fonte: BNDES

Crédito do BNDES

Diante da redução de crédito, o governo anunciou, também, que o BNDES vai facilitar a concessão de crédito para empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões. De acordo com Luiz Fernando Figueiredo, muitas empresas, em especial as pequenas, estão sem condições de quitar seus compromissos

financeiros. Algumas empresas estariam segurando até mesmo demissões porque não teriam como pagar a rescisão.

Os problemas financeiros das empresas se agravaram ao longo dos últimos dois anos devido à retração da economia, como quedas consecutivas

do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 e 2016. O problema atingiu tamanha proporção que impede a operação cotidiana das empresas e, portanto, a própria recuperação da economia. O refinanciamento de saldos vencidos e a vencer de linhas do BNDES, por exemplo, traz fôlego às empresas.

EM 2016, CAIU O CRÉDITO PARA PESSOAS JURÍDICAS (EM% DO PIB)



Fonte: Banco Central

Outras medidas creditícias determinaram, por exemplo, a ampliação de R\$ 90 milhões para R\$ 300 milhões do limite para enquadramento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Oitenta por cento do crédito para investimento e aquisição de máquinas e equipamentos para esse público terá custo com base na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Antes, esse índice variava

de 50% a 80% de acordo com o tipo de financiamento. O limite do Cartão BNDES foi ampliado de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões e foi criada uma versão do cartão para o setor agropecuário, acessível também a pessoas físicas (produtores rurais).

“As medidas não injetam gás na economia de imediato, mas têm condições para melhorar o ambiente de

negócios”, afirma Alessandra Ribeiro, diretora da área de Macroeconomia e Política da Tendências Consultoria Integrada. “Não tem milagre para reativar a economia. O que está nas mãos do governo é buscar salvar os investimentos privados em infraestrutura por meio da concessão pública”. Para ela, a situação deve melhorar mesmo somente em 2018.

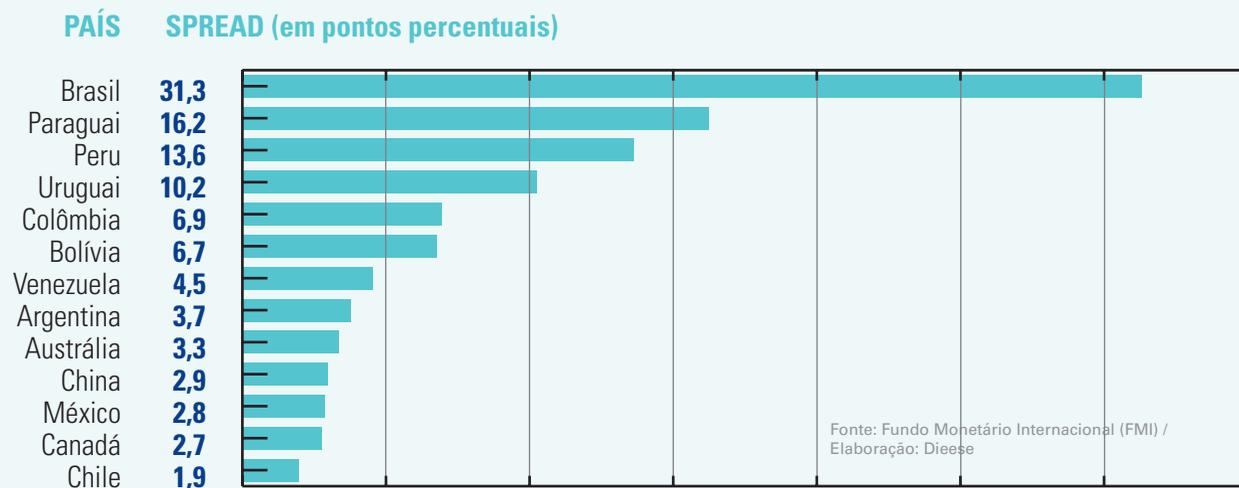
Construção civil

Para estimular a indústria da construção civil, que emprega mão de obra intensiva e pode ajudar na recuperação do emprego no país, o governo anunciou a regulamentação da Letra Imobiliária Garantida (LIG) para o

financiamento de curto prazo. Embora o governo queira ampliar a oferta de crédito com essa medida, especialistas no setor avaliam que o problema não é a falta de recursos, mas as condições em que o crédito tem sido

oferecido, com o custo ainda elevado e o posicionamento mais seletivo dos bancos, devido ao aumento do risco em empréstimos a empresas que enfrentam um contexto econômico muito adverso.

SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL E EM ALGUNS PAÍSES SELECIONADOS



O pacote incluiu, ainda, medida para reduzir o spread bancário. A diferença entre o que os bancos no Brasil cobram nos seus empréstimos e o custo que têm ao captar recursos é uma das maiores do mundo, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Por meio da duplicata eletrônica, será permitido o registro de ativos financeiros como garantia das operações de crédito. Essa medida é bem-vinda porque reduz o risco associado à falta de pagamento do empréstimo.

Ainda com o objetivo de reduzir o custo do crédito bancário, o pacote

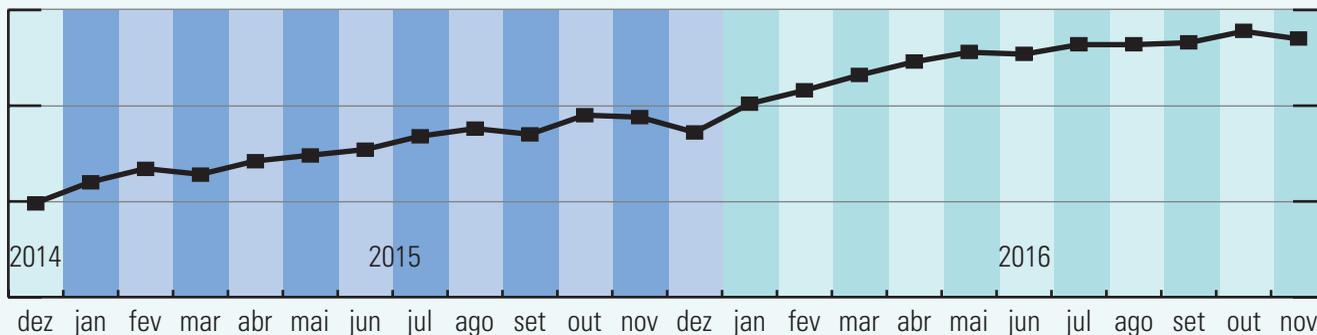
anunciado pelo governo aperfeiçoa o Cadastro Positivo, que consolida informações sobre o comportamento creditício das empresas, como pontualidade e integralidade na quitação de financiamentos. A partir de agora, a adesão ao Cadastro Positivo passa a ser automática e a exclusão dependerá de manifestação do cliente. De acordo com o governo, o cadastro teve baixa adesão devido ao excesso de burocracia para criação e inclusão das informações no cadastro. Com a medida, o governo espera reduzir o risco de crédito e, com

isso, contribuir para a queda do spread no caso de empréstimos aos bons pagadores.

A adesão automática era uma das reivindicações da CNI quando o cadastro foi regulamentado, em outubro de 2012. Ao ampliar o acesso a informações relevantes sobre o histórico de crédito e o pagamento dos agentes, o Cadastro Positivo pode reduzir a inadimplência e o custo administrativo dos bancos associados ao monitoramento de riscos, que estão entre os principais componentes do spread.

SPREAD BANCÁRIO SUBIU 8,6 PONTOS EM DOIS ANOS

14,9 16,0 16,7 16,4 17,1 17,4 17,7 18,4 18,8 18,5 19,5 19,4 18,6 20,1 20,8 21,6 22,3 22,8 22,7 23,2 23,2 23,3 23,9 23,5



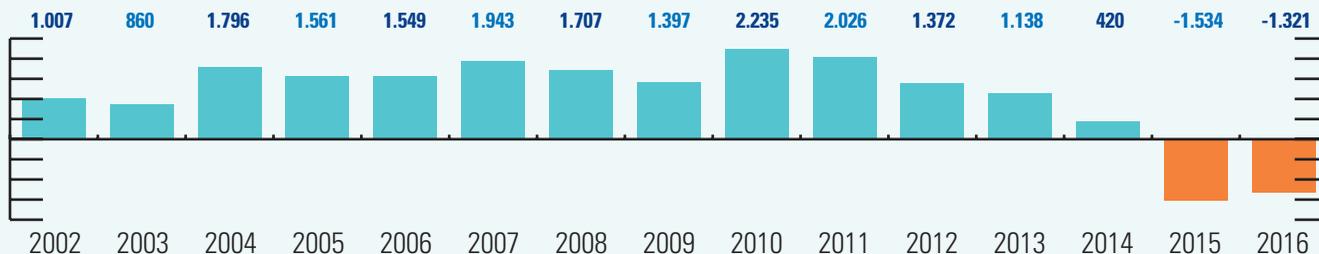
Outra medida considerada positiva por empresários e analistas beneficia o microcrédito produtivo. O governo vai ampliar a concessão de crédito. Até agora, o valor era limitado a R\$ 60 mil por

ano para o microempreendedor individual (MEI) e a R\$ 120 mil por ano para a microempresa. O novo critério a ser adotado estende a concessão de crédito para empreendedores com faturamento até

R\$ 200 mil por ano. O endividamento total, que não poderia exceder o valor de R\$ 40 mil, passa, agora, a ser de R\$ 87 mil. O limite para cada operação subiu de R\$ 15 mil para R\$ 21.390,00.

CRISE FECHA 1,3 MILHÃO DE VAGAS NO MERCADO FORMAL EM 2016

(saldo do emprego no mercado formal, em milhares)



Fonte: Caged / Ministério do Trabalho

Saque de contas inativas do FGTS

Num momento em que o desemprego continua em alta, com perda de 1,3 milhão de vagas formais em 2016, algumas das medidas vão beneficiar os trabalhadores com contas inativas do FGTS. Eles poderão sacar o valor dessas contas ao longo de 2017, conforme cronograma ainda a ser anunciado pelo governo. A medida deverá injetar cerca de R\$ 30 bilhões na economia, segundo estimativa de analistas e do governo.

A expectativa é que pelo menos metade desses recursos, cerca de R\$ 15 bilhões, seja destinada ao consumo, o que pode ter um impacto direto de 0,3 ponto percentual no Produto Interno Bruto (PIB) de 2017, conforme estimativa de Alessandra Ribeiro, da Tendências, e do Ministério do Planejamento. Segundo ela, parte do dinheiro será usada, ainda, para quitar débitos atrasados ou, no caso de quem não tem dívidas, para investimento.

O governo também anunciou a distribuição de 50% do resultado do FGTS apurado após todas as despesas do fundo, inclusive com subsídio para habitação. Os valores serão incorporados às contas dos trabalhadores, mas o tema ainda dependerá de regulamentação. Segundo o Ministério da Fazenda, a distribuição de lucros não vai alterar a disponibilidade de recursos dos programas de desenvolvimento urbano (habitação, saneamento e mobilidade urbana).

Desburocratização

Com o objetivo de tornar mais ágeis os processos aduaneiros e reduzir em até 40% o tempo para procedimentos relacionados às exportações e importações de mercadorias, o governo anunciou a expansão do Portal Único do Comércio Exterior. Pretende, com isso, consolidar, em um único ponto de entrada, com acesso pela internet, o envio de todos os documentos ou dados exigidos para comércio exterior, incluindo o uso do certificado de origem digital. O módulo de exportações deve ser implementado até março de 2017 e o de importações está previsto para dezembro do mesmo ano.

Além disso, foi anunciada a integração da certificação do Operador Econômico Autorizado (OEA) com o objetivo de facilitar os procedimentos aduaneiros no país e no exterior. Serão realizados aperfeiçoamentos e simplificações de processos, racionalização e melhoria na segurança (fiscalização agrícola, vigilância sanitária, segurança nacional), de

modo a assegurar maior confiabilidade ao fluxo de informações que envolvem o comércio exterior.

O Portal Único de Comércio Exterior (Siscomex) e o Operador Econômico Autorizado (OEA) são antigas reivindicações da CNI. Para a entidade, a inclusão no pacote de medidas com a manutenção do cronograma em 2017 é um ponto positivo, pois afasta a possibilidade de faltarem recursos para os programas. A determinação dos prazos do OEA para a fiscalização agrícola e a vigilância sanitária, para 2017, também é novidade.

Também foram anunciadas medidas para simplificar o eSocial, implementar a Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) e o Sistema Público de Escrituração Contábil (SPED). O objetivo é ampliar o universo de empresas declarantes, de forma a centralizar o recolhimento de tributos e contribuições, e reduzir a burocracia, em especial para abertura e fechamento de firmas.

Essas medidas buscam, ainda, simplificar o pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes das relações de trabalho, reduzindo o tempo gasto pelas empresas para preenchimento de declarações, formulários e livros fiscais, previdenciários e trabalhistas, e a redundância na prestação de informações ao fisco.

A simplificação do cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas unificará 13 obrigações atuais de quatro órgãos governamentais distintos (Receita Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho). O ambiente de testes para as empresas deverá estar pronto em julho de 2017. A previsão é que seja obrigatório para as grandes empresas a partir de janeiro de 2018 e, para as demais empresas, em julho do próximo ano.

O governo também prometeu eliminar a duplicidade nas obrigações acessórias estaduais e federal. Se implementada,

a medida permitirá a redução das horas gastas pelas empresas para o recolhimento dos tributos e, portanto, representará diminuição de custos.

Para minimizar o tempo exigido na abertura e no fechamento de empresas e para a alteração de dados cadastrais, o governo anunciou a implantação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). A medida integra nacionalmente o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com todos os demais órgãos de registros e licenciamento para abertura, alteração de dados e fechamento de empresas.

O sistema incluirá dados, documentos e atos cadastrais não tributários, cadastros das administrações tributárias e órgãos de registro e licenciamento, e concessão de inscrições e licenças para atividades econômicas e civis de

baixo risco. O tempo médio de abertura de uma empresa poderá ser reduzido para cinco dias. Hoje, abrir uma empresa demora, em geral, mais de um mês e, em algumas cidades, pode superar os 100 dias.

A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, afirma que reduzir burocracia é uma medida importante porque diminui os custos das empresas. Alessandra Ribeiro, da Tendências, diz que essas medidas têm natureza distinta, mas são positivas porque apresentam potencial de aumentar a competitividade das empresas brasileiras.

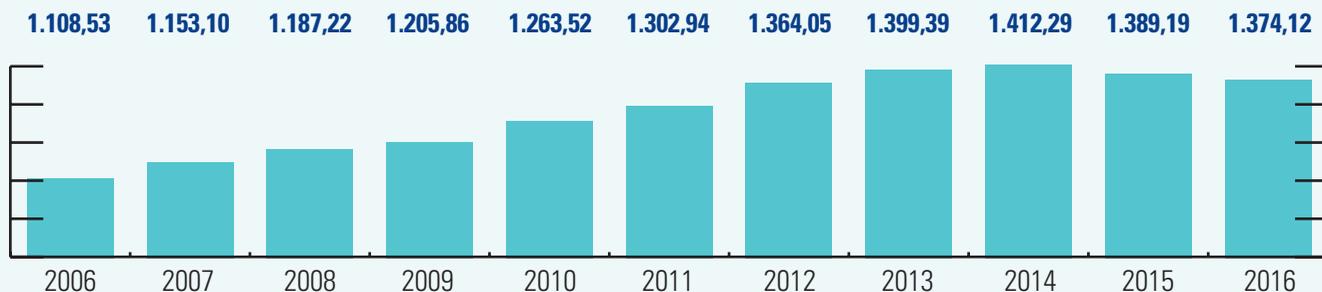
Também foram anunciadas medidas para implementar o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), que contém um cadastro nacional de imóveis e de títulos e documentos, integrado com cartórios de registros e de uso compartilhado por diversos órgãos

da administração pública. O governo espera que a medida reduza o custo para a administração pública e o setor privado na obtenção de informações seguras sobre a propriedade de bens imóveis, móveis e títulos e documentos.

A melhoria no registro da regularização fundiária, por sua vez, pode aumentar a segurança jurídica da propriedade e ampliar a proteção do crédito público e do crédito imobiliário. Ao dar maior segurança à obtenção de informações sobre a propriedade de bens e imóveis, a medida pode melhorar a recuperação de créditos, diminuir a sonegação e aumentar a arrecadação de tributos nesse setor, garantindo eficiência tributária. O módulo de cadastro nacional de imóveis rurais deve ser implantado até junho deste ano e a integração com os cartórios de registro está prevista para dezembro de 2017.

SALÁRIO MÉDIO CAIU DOIS ANOS SEGUIDOS

Evolução do salário médio de admissão no mercado formal (média)



Fonte: Caged / Ministério do Trabalho

Obs.: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Cartões de crédito

O pacote anunciado em dezembro incluiu, ainda, medida que permite a cobrança de preços diferentes conforme o instrumento de pagamento, o que pode ser um alívio para trabalhadores com renda média em declínio. Como essa regra já é adotada pelos comerciantes, a regularização não deve trazer resultados expressivos, mas dará segurança jurídica ao empresário. Em teoria, a diferenciação é eficiente do ponto de vista econômico, pois sinaliza os custos de cada instrumento de pagamento e reduz a existência de

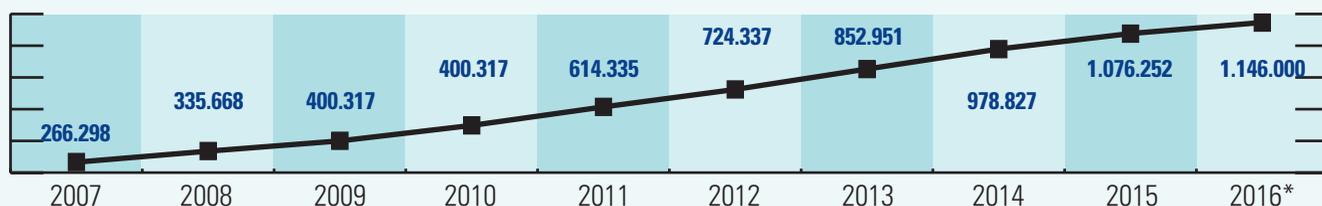
subsídio cruzado dos consumidores que não usam cartão, geralmente as pessoas com renda mais baixa, conferindo maior poder de negociação ao comércio.

Também foi anunciada mudança no prazo de pagamento das administradoras de cartão de crédito para o lojista, mas o governo ainda não detalhou o que será feito. A intenção, contudo, é que a redução do prazo de pagamento da administradora do cartão para o lojista, ao antecipar o recebimento de recursos das vendas, reduza o custo para

os comerciantes que usam esse meio de pagamento.

Ainda em relação ao cartão de crédito, o governo quer que uma mesma máquina aceite os cartões de todas as administradoras, o que reduz os custos dos comerciantes com o aluguel de máquinas, estimulando a competição nesse mercado. A maior concorrência entre as operadoras de cartões, por sua vez, pode resultar em taxas menores, tanto para os lojistas quanto para os consumidores, aumentando as vendas e propiciando a melhoria do fluxo de caixa dos lojistas.

RECEITA DE COMPRAS COM CARTÃO DE CRÉDITO SOBE 4% EM 2016 (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços)

* Estimativa

Desempenho em 2017

A maior parte dos economistas trabalha com um cenário político no qual o presidente Michel Temer não só conclui seu mandato, mas também viabiliza a aprovação de reformas estruturais no Congresso Nacional, em especial a da Previdência. Alessandra Ribeiro, da Consultoria Tendências, avalia que a economia brasileira poderá ter um

crescimento de 0,7% do PIB neste ano, se o cenário for confirmado e os agentes econômicos responderem adequadamente a um contexto de maior estabilidade política. Para ela, o pacote de estímulo anunciado pelo governo é positivo, mas, para colocar a economia em ordem, o processo será mais demorado.

De acordo com ela, o governo ainda

está com um grande problema orçamentário e numa situação fiscal ainda delicada. O principal, segundo ela, é garantir o equilíbrio macroeconômico, como o governo está tentando fazer. Nesse sentido, as medidas de estímulo à economia podem contribuir para redução dos juros e permitir uma renegociação de dívidas em condições melhores.

O CENÁRIO ECONÔMICO PARA 2017, SEGUNDO O MERCADO

Taxa básica de juros (Selic)	9,50%
Dólar (cotação no final do ano)	R\$ 3,40
PIB (desempenho no ano)	0,5%
Inflação (medida pelo IPCA)	4,71%

Fonte: Pesquisa Focus de 23 de janeiro/2016 – Banco Central

Menos otimista, Luiz Fernando Figueiredo, da Mauá Capital, espera que o PIB de 2017 tenha uma variação de zero a 0,5%, com uma recuperação mais forte a partir do segundo semestre, quando o impacto da redução de juros iniciada pelo Banco Central será mais percebido pelos agentes econômicos. Se não houver mudança no cenário atual e a expectativa de inflação se mantiver em queda, a taxa básica de juros (Selic) deverá ter novos cortes de 0,75 ponto percentual neste ano.

Apesar de a atividade econômica “ter mostrado uma fraqueza maior que o esperado, sobretudo na indústria”, o banco Itaú espera um crescimento de 1% no PIB de 2017, conforme relatório de análise macroeconômica divulgado na segunda semana de janeiro. Essa

estimativa registrou uma pequena queda em relação à previsão anterior, de 1,5%, influenciada, principalmente, pela estimativa de recuo de 0,6% no PIB do terceiro trimestre do ano passado.

Numa linha diferente, a consultoria 4E prevê uma retração de 0,2% para o PIB em 2017. De acordo com relatório distribuído em janeiro, indicadores antecedentes reforçam a expectativa de nova queda do PIB no quarto trimestre de 2016, com o ano acumulando queda de 3,6%. Para a consultoria, além do efeito inercial de um ano para outro, a ausência de perspectivas de recuperação sólida dos investimentos deverá impedir que a economia brasileira volte a crescer neste ano.

Depois de duas quedas consecutivas da taxa básica de juros e da

indicação de que novos cortes de 0,75 serão feitos neste ano, muitos analistas estimam que a Selic deve fechar o ano abaixo de 10%. Em relatório divulgado após a reunião do Comitê de Política Monetária de janeiro, o banco Itaú estima que a taxa básica fechará 2017 em 9,75% anuais. Conforme pesquisa divulgada pelo Banco Central em 23 de janeiro, o mercado financeiro espera, em média, uma taxa de 9,5% no final deste ano.

Mas para saber exatamente o final da história, é melhor esperar dezembro chegar. Depois da sequência de eventos políticos e econômicos a que o país assistiu nos últimos dois anos, o que não é nada óbvia é a parada final, em 2017, desse trem chamado Brasil.

ENTENDA AS AÇÕES DO GOVERNO TÊMÉR

Como as novas medidas microeconômicas podem afetar os negócios da sua empresa e do seu setor

POR QUE ESSAS AÇÕES SÃO IMPORTANTES?

As medidas econômicas anunciadas pelo governo, em dezembro, para estimular a economia são importantes porque ajudarão a equacionar os desequilíbrios financeiros das empresas e das famílias. Além disso, complementam duas importantes reformas estruturais: a correção dos gastos públicos pela inflação passada, já em vigor, e as alterações das regras da Previdência Social, proposta ainda em discussão no Congresso Nacional.

AS MEDIDAS RESOLVEM OS ATUAIS PROBLEMAS ECONÔMICOS DO PAÍS?

As medidas, que incluem a desburocratização dos processos para abertura e fechamento de empresas, também reduzem gradualmente o adicional de 10 pontos percentuais pagos ao governo no caso de demissão sem justa causa. No entanto, segundo o economista Luiz Rizo, a redução da taxa básica de juros (Selic), que deverá ser aprofundada pelo Banco Central ao longo de 2017, é a medida que mais pode estimular o nível de atividade econômica no momento.

QUAL É A MUDANÇA MAIS IMPORTANTE?

“As medidas são boas, mas o impacto não será imediato. Elas têm o objetivo de diminuir a burocracia, aumentar a produtividade das empresas, reduzir os juros para os consumidores, regularizar a situação tributária de contribuintes com dívidas em atraso e ampliar a oferta de crédito”, resume Luiz Rizo. Segundo ele, esse conjunto de medida é o que o governo pode fazer no momento.

O QUE SE PODE ESPERAR APÓS AS MEDIDAS?

O avanço do ajuste fiscal, com a aprovação da reforma da Previdência Social, e a queda na expectativa de inflação contribuem para permitir ao Banco Central atuar mais fortemente na área monetária, segundo Rizo. “Esse será o pulo do gato para o crescimento. E o ambiente macroeconômico está favorável a isso”. De acordo com o economista, o conjunto de medidas anunciado pelo governo, incluindo as mudanças na área trabalhista, melhoram o ambiente de negócios.

O CUSTO DO FINANCIAMENTO BANCÁRIO VAI CAIR?

Segundo o economista Rizo, a abertura automática do cadastro positivo é uma medida eficaz para reduzir o risco de empréstimos bancários, o que pode contribuir para diminuir o custo dos financiamentos bancários, mas não significa que os bancos irão, automaticamente, elevar o volume de crédito e cobrar juros menores nos empréstimos. “Não se consegue reduzir o spread bancário a fórceps”, afirma ele, acrescentando que o volume de crédito, com juros menores, crescerá à medida que houver menos incerteza no cenário político e econômico.

ENTENDA AS PRINCIPAIS MEDIDAS

MEDIDA	OBJETIVO
 <p>Programa de parcelamento das dívidas tributárias e previdenciárias de empresas e pessoas físicas vencidas até o dia 30 de novembro de 2016</p>	Regularizar a situação de empresas com dívidas tributárias em atraso
 <p>Ampliação da oferta de crédito de longo prazo para o setor de construção civil</p>	Estimular a retomada de obras no setor, que fechou 276 mil vagas formais entre janeiro e novembro de 2016
 <p>Abertura automática do cadastro positivo para os clientes dos bancos</p>	Reduzir juros dos bons pagadores
 <p>Desconto para quem paga à vista</p>	Estimular preços menores para quem paga à vista ou em dinheiro
 <p>Redução no prazo para os lojistas receberem, da administradora do cartão de crédito, o dinheiro das vendas</p>	Diminuir o custo para os comerciantes que vendem pelo cartão de crédito
 <p>Restringir a 30 dias o parcelamento no crédito rotativo dos cartões de crédito</p>	Reduzir os juros para quem usa o crédito rotativo
 <p>Simplificação para o pagamento de impostos das empresas. Serão unificadas 13 obrigações da Receita Federal, do INSS, da Caixa e do Ministério do Trabalho</p>	Reduzir a burocracia e o custo para as empresas
 <p>Maior rapidez no crédito tributário e ampliação da compensação, agora com a inclusão dos débitos previdenciários</p>	Diminuir problemas de acúmulo de créditos, em especial para as exportadoras
 <p>Redução em 40% do tempo gasto pelas empresas para importar e exportar produtos</p>	Diminuir o custo para as empresas
 <p>Renegociação das dívidas com o BNDES de empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões. O governo calcula que essa renegociação vai envolver entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões</p>	Regularizar a situação de empresas que estão com dívida em atraso
 <p>Repassar para a conta de FGTS do trabalhador 50% do rendimento do fundo</p>	Aumentar a rentabilidade do dinheiro depositado, cujo rendimento anual ficará próximo ao da caderneta de poupança
 <p>Liberação do saldo das contas inativas do FGTS</p>	Permitir que recursos sejam usados pelo trabalhador para pagar dívidas, fazer compras ou investir
 <p>Redução gradual da multa adicional de 10% que as empresas recolhem ao FGTS quando demitem trabalhador sem justa causa</p>	Eliminar uma contribuição que já cumpriu sua função de reequilibrar as contas do FGTS

AS TAREFAS PENDENTES

CONSULTORES E ECONOMISTAS ENUMERAM PROBLEMAS A SEREM RESOLVIDOS COM URGÊNCIA PARA REDUZIR A BUROCRACIA E OS INCENTIVOS À INEFICIÊNCIA, QUE DIFICULTAM A VIDA DAS EMPRESAS



Se o pior da mais grave crise econômica da história recente brasileira tiver ficado para trás, é hora de construir bons alicerces

Consultores gostam de analogias. Diante de um cenário de “terra arrasada”, Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, prefere falar sobre tijolos, vigas e paredes. Segundo ela, a construção de uma residência exige um bom alicerce para que as paredes sejam erguidas com segurança. No atual cenário econômico, as reformas macroeconômicas, como a da Previdência Social e a correção dos gastos públicos pela inflação passada, são os alicerces. Já as medidas microeconômicas podem ser vistas como as paredes da nova arquitetura econômica que se quer estabelecer no país.

Para ela, o pacote de medidas de estímulo à economia anunciado pelo governo em dezembro tem o mérito de iniciar a discussão da agenda microeconômica, mas ainda é necessário um plano mais detalhado para avançar nessa agenda. Zeina diz que ainda há muita insegurança jurídica em diversas áreas, o que desestimula novos investimentos. “Muitas regras foram criadas com boa intenção, mas transformaram a vida do investidor e do empresário num inferno”, diz.

De acordo com a economista, a agenda microeconômica não é afeita a pacotes. “Trata-se de uma agenda permanente de melhora do ambiente de negócios, incluindo maior segurança sobre normas trabalhistas e tributárias, redução das restrições ao comércio exterior, fortalecimento e definição do escopo das agências reguladoras, entre outras medidas”, afirma. “É preciso que se estabeleça uma agenda microeconômica ampla, com diagnósticos e um plano de ação ao longo do tempo”.

“Na área ambiental, por exemplo, há uma superposição de papéis na concessão de licenças e isso traz riscos para o empresário. Se há risco de uma obra ser paralisada, talvez ela nem comece a ser realizada. Essas brechas acabam adiando decisões de investimentos”, diz ela. “Falta clareza sobre o papel de cada instituição e falta também coordenação, o que gera risco de interrupção da obra e de prejuízo do investimento”, alerta Zeina. Para ela, um dos objetivos das medidas macroeconômicas é

exatamente o de reduzir a insegurança jurídica.

Segundo Flávio Castelo Branco, gerente executivo da Unidade de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), também são necessárias medidas para aumentar a oferta de crédito. O economista acredita que o Banco Central poderia, por exemplo,

reduzir o depósito compulsório que os bancos recolhem sobre os recursos em conta corrente, o que permitiria às instituições financeiras ampliarem as linhas de crédito. “Isso amenizaria os problemas para o setor produtivo”, afirma. Nos últimos anos, diz, houve uma deterioração muito grande na situação econômica das empresas.



Certas regras fazem da vida do empresário “um inferno”, diz Zeina Latif

REDIRECIONAMENTO DE CRÉDITO

Há necessidade de um redirecionamento de recursos por parte dos bancos públicos e privados, segundo Castelo Branco. Com a retração da economia e o aumento da inadimplência, diz, os bancos reduziram a oferta de crédito e ficaram mais seletivos em função do maior risco na concessão de empréstimos. Um maior volume de crédito, aliado à redução da taxa básica de juros já iniciada pelo Banco Central, pode reduzir os custos dos financiamentos para o setor produtivo.

A exemplo de Zeina Latif, ele também cita problemas com a concessão de licenças ambientais em obras de infraestrutura, que precisam ser liberadas com mais agilidade, mas sem risco de gerar insegurança jurídica. “Essa demora na concessão da licença tem um custo e reduz a competitividade das empresas brasileiras”, comenta. Além disso, é preciso, segundo ele, reduzir a burocracia, uma vez que o excesso de normas atrasa investimentos na área de infraestrutura.

Castelo Branco defende, ainda, mudanças no prazo de recolhimento dos tributos pagos pelas empresas, que

deveria ser feito num prazo maior que o atual. Ele propõe passar do intervalo atual, que vai de 30 a 40 dias, para novos prazos, na faixa dos 90 a 120 dias. Hoje, de acordo com ele, muitas empresas têm de pagar os impostos antes mesmo de receber dos seus clientes. “É preciso uma adequação do prazo de recolhimento dos tributos ao contrato mercantil. Essa é uma herança que recebemos do período inflacionário e não estamos mais nesse tempo. Não faz sentido termos prazos tão curtos”, afirma. Essa mudança daria mais fôlego às empresas.

No entanto, essa medida não pode vir de maneira isolada, mas, sim, dentro de um conjunto harmônico, que inclua uma simplificação tributária. Para ele, a diversidade de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, gera um custo muito elevado para as empresas e uma disputa entre as unidades da federação em busca de investimentos. “É preciso tornar os tributos mais eficientes, com a harmonização do ICMS, e atualizar a legislação do PIS/Cofins”, defende Castelo Branco.

Reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade são, segundo ele, passos necessários para melhorar a competitividade dos produtos brasileiros e estimular a produção industrial. “A alavanca do crescimento precisa estar ancorada às vendas externas. A retomada do consumo interno vai demorar porque as famílias estão endividadas e preocupadas com a situação econômica”, afirma. Em 2016, apesar de a balança comercial ter registrado um superávit de US\$ 47 bilhões, as exportações registraram uma queda de 3,16% na comparação com o ano anterior.

A nova queda do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, estimada em, pelo menos, 3,5% pelo mercado financeiro, veio acompanhada de aumento no desemprego e retração de vendas no comércio e na indústria. A previsão dos analistas é que as demissões no mercado formal continuem ao longo do primeiro semestre de 2017, o que deve contribuir para manter o consumo em baixa. A recuperação virá somente a partir de julho, caso a recente melhora no cenário econômico se mantenha nos próximos meses.



Flávio Castelo Branco acredita que o Banco Central deveria reduzir o depósito compulsório dos bancos para irrigar a economia



Economistas defendem redução da TJLP para que o BNDES tenha papel mais importante na recuperação da atividade produtiva

ELIMINAR POLÍTICAS INEFICIENTES

Não se trata apenas, segundo Zeina Latif, de remover obstáculos ao crescimento, mas, também, de eliminar políticas que protegem a ineficiência — como as barreiras ao comércio externo, parte dos subsídios concedidos pelo governo ou a regra que exige conteúdo nacional em alguns setores. Ela cita, ainda, o sistema tributário, a burocracia e o excesso de regulação governamental nos mercados como estímulos à ineficiência.

“Contratar mão de obra no Brasil, hoje, é uma atividade arriscada porque aqui também há muita insegurança jurídica”, afirma a economista. “É preciso fechar brechas para uma interpretação criativa das leis”, comenta Zeina Latif, acrescentando que é necessário flexibilizar a legislação trabalhista. “Se a realidade muda, precisamos mudar o contrato social”, afirma.

Ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Fernando Figueiredo defende que é preciso olhar as peculiaridades de cada setor e das medidas necessárias para destravar o crescimento

econômico. Além de mudanças tributárias que desonerem o setor produtivo, ele considera importante propor medidas que simplifiquem o dia a dia das empresas, reduzindo custos e contribuindo para aumentar a produtividade.

Segundo ele, é preciso facilitar a renegociação de débitos. “As empresas precisam de tempo para melhorar sua

de maneira mais rápida quando a economia voltar a crescer.

O consultor Luiz Rizo diz que outra medida importante é a redução da Taxa Básica de Juros (TJLP), usada nos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas. Entretanto, no atual cenário, em que ainda há muita incerteza política e econômica no mercado interno e um horizonte não muito claro no cenário externo, ele não vê muita gente querendo comprar máquinas e equipamentos.

Conforme decisão tomada no final de dezembro pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a TJLP permanecerá em 7,5% ao ano no primeiro trimestre de 2017. Calculada com

base na meta de inflação e na avaliação do risco país, a TJLP está em 7,5% desde o primeiro trimestre de 2016. Diante das duas reduções de juros feitas pelo Banco Central desde dezembro e da expectativa de uma nova queda em fevereiro, há pressões para que o CMN reduza a TJLP na reunião de março.

“As empresas precisam de tempo para melhorar sua situação financeira. Muitas delas estão em moratória branca porque não conseguem pagar suas dívidas”

Luiz Fernando Figueiredo, sócio fundador da Mauá Capital.

situação financeira. Muitas delas estão em moratória branca porque não conseguem pagar suas dívidas”, afirma Figueiredo, sócio-fundador da Mauá Capital. Ele também é a favor de regras trabalhistas mais flexíveis porque isso reduz o custo das empresas e facilita a recuperação do nível de atividade e de empregos

SITUAÇÃO DOS ESTADOS

Pontos importantes para a política econômica, segundo Zeina Latif, são a situação fiscal dos estados e a solução que será dada ao problema. A recuperação das economias regionais, hoje com dificuldades para pagar pessoal e despesas de manutenção da máquina pública, é um fator-chave para estimular a atividade econômica. No entanto, segundo ela, o governo federal não tem espaço para ampliar repasse de verbas porque também

está com as contas desequilibradas.

Um contraponto otimista à lista de pendências é a impressão de que o cenário econômico melhorou ao longo do segundo semestre de 2016, após aprovação da emenda constitucional que limitou o crescimento dos gastos públicos e do envio ao Congresso Nacional da proposta de reforma da Previdência Social. Essa melhora no cenário econômico, aliada ao avanço das reformas estruturais, pode dar

lugar a um debate mais profundo e oportuno sobre a agenda microeconômica.

Sem antecipar novas medidas microeconômicas, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirma que o governo está trabalhando em novas propostas para melhorar o ambiente de negócios, que devem ser anunciadas após aprovação do presidente Michel Temer. Para Oliveira, esse processo de aperfeiçoamento deve ser constante.

O QUE AINDA PODE SER FEITO PARA ESTIMULAR A ECONOMIA



Aumentar a oferta de crédito



Ampliar o prazo de pagamento dos tributos



Acelerar a concessão de licenças ambientais



Reduzir a insegurança jurídica, inclusive na área trabalhista



Simplificação tributária



Encontrar uma solução para a dívida dos estados



Queda da TJLP



Diminuir as restrições ao comércio externo



Reduzir a burocracia



Facilitar a renegociação de débitos

RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA É PROCESSO GRADUAL

DYOGO OLIVEIRA, MINISTRO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, EXPLICA MEDIDAS DE INCENTIVO MICROECONÔMICO E DEFENDE ESTRATÉGIA GRADUALISTA, QUE REDUZA O DÉFICIT FISCAL SEM AUMENTAR A RECESSÃO

Depois de anunciar medidas microeconômicas para estimular a economia no final de 2016, o governo continua analisando novas ações para melhorar o ambiente de negócios, aumentar a produtividade e gerar novos empregos. “As medidas de estímulo à economia não podem ser vistas isoladamente, mas dentro desse conjunto de ações que o governo vem tomando e que será complementado com novas medidas ao longo dos próximos meses”, diz o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira. Ao permitir a compensação de créditos tributários no pagamento de impostos, ele disse que o governo pretendeu oferecer maior liquidez às empresas, atendendo a uma antiga reivindicação do setor produtivo.

Como as medidas anunciadas em dezembro vão ajudar a reaquecer a economia?

Em primeiro lugar, a recuperação da economia é um processo gradual. Nós

estamos saindo de dois anos seguidos de forte recessão. Então, para que a economia volte a crescer, em primeiro lugar temos de ter a continuidade do processo de estabilização macroeconômica, que vem dando bons resultados. Do lado da inflação, cumprimos a meta de 2016 e os preços estão em queda, o que permite uma flexibilização da política monetária. Do lado fiscal, adotamos uma proposta de ajuste gradual, pois uma reversão rápida do quadro agiria de modo recessivo e contraproducente.

O governo buscou diversos objetivos simultaneamente?

A decisão do governo foi de fazer a estabilização monetária, reduzindo a inflação, e um ajuste fiscal gradual, para permitir que a economia tenha recuperação mais rapidamente possível. Esse processo de ajuste macroeconômico tem seu tempo de maturação; não é uma coisa instantânea. Então, estamos complementando isso com um conjunto de

ações que pretendem melhorar a produtividade da economia, diminuindo o custo de produção, facilitando o desenvolvimento de negócios e reduzindo o custo financeiro em várias circunstâncias.

Serão adotadas novas medidas?

As medidas de estímulo à economia não podem ser vistas isoladamente, mas dentro desse conjunto de ações que o governo vem tomando e que será complementado com novas medidas ao longo dos próximos meses. É um trabalho contínuo e não tem data para ser encerrado. No caso das empresas, o BNDES lançou um amplo programa de refinanciamento no âmbito do PSI (Programa de Sustentação do Investimento). As empresas, hoje, sofrem de falta de liquidez. Existem empresas que têm boas operações e que são saudáveis do ponto de vista estrutural, mas, momentaneamente, sofrem de uma falta de liquidez muito grande. A renegociação de dívidas com o BNDES vai ajudar porque tem um prazo de carência e



Ministro diz que governo está atento ao problema de caixa das empresas

as empresas ganham um alívio de liquidez no seu caixa. Todas as medidas estão dirigidas a melhorar o ambiente de negócios, aumentar a produtividade e reduzir os custos de intermediação.

E sobre a liberação das contas inativas do FGTS? Pode explicar melhor a expectativa do governo com a decisão?

Essa medida tem uma característica importante do ponto de vista do cotista, que hoje tem recursos parados lá e, ao mesmo tempo, é obrigado a se financiar a taxas muito elevadas. Com essa permissão de saque, esses recursos vão entrar para a economia e as pessoas, eventualmente, vão pagar dívidas, o que libera sua renda para o consumo. Estimamos que essa medida deva ter um impacto de 0,3 ponto percentual sobre o PIB (Produto Interno Bruto).

E as medidas na área trabalhista?

Também são importantes para reduzir

a litigiosidade no mercado de trabalho. A principal questão é a prevalência da negociação sobre a legislação. O governo conseguiu construir um acordo envolvendo todas as partes. Essa mudança cria uma grande inovação depois de décadas sem alterações relevantes. Todas as medidas que citei devem ser vistas dentro desse objetivo de tornar nossa economia mais produtiva e mais sustentável.

Como o senhor falou antes, a inadimplência atinge hoje, também, muitas empresas. Como resolver isso?

Temos hoje um mesmo problema em vários segmentos da economia, que é a falta de liquidez. O fluxo de caixa das famílias, das empresas e dos entes federados está muito apertado e isso deixa pouco espaço para expansões. As medidas que adotamos vão exatamente no sentido de melhorar a liquidez desses agentes, e isso contribui de maneira importante

para a retomada do crescimento, beneficiando as empresas.

A retração da economia também reduziu o volume de crédito disponível no sistema bancário. O governo pode usar os bancos públicos para estimular a oferta de crédito ou para facilitar a renegociação de dívidas?

Já adotamos o refinanciamento das dívidas do BNDES. A medida, que ainda está sendo operacionalizada, vai desafogar bastante essa dificuldade e permitir que as empresas ganhem mais fôlego. Além disso, o BNDES ampliou fortemente a disponibilidade de recursos para as médias empresas. Em setembro do ano passado, o BNDES também lançou um programa para facilitar a aquisição de ativos, financiando o comprador. É um programa que está disponível e pode ser acessado pelas empresas. O governo está atento a essa dificuldade de acesso ao crédito nesse momento e temos adotado algumas medidas.

AS EMPRESAS PRECISAM DE UM REFIS DE VERDADE

UM DOS PARLAMENTARES MAIS ATUANTES NA ÁREA ECONÔMICA, LUIZ CARLOS HAULY DEFENDE UMA AMPLA RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS, QUE DEVOLVA LIQUIDEZ AO CAIXA DAS EMPRESAS E ACELERE A RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE

As medidas de estímulo à economia anunciadas pelo governo, em dezembro, estão na direção correta, mas são insuficientes, diz o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Segundo ele, o programa de regularização tributária deveria incluir uma redução dos juros e das multas. “É preciso fazer um super Refis (programa de refinanciamento de dívidas tributárias), com redução de multas e de juros e alongamento de prazo para as empresas”, defende ele, que vai apresentar uma proposta nesse sentido quando as medidas forem discutidas na Câmara dos Deputados.

Como o senhor avalia as medidas de estímulo à economia anunciadas pelo governo em dezembro?

Nós chegamos onde chegamos por falta de medidas micro e macroeconômicas e má condução das contas públicas, além da ausência de reformas estruturais. O problema vem se agravando pela falta

de medidas e pela incompetência administrativa e gerencial do país. Essa ingerência acabou contaminando toda a estrutura pública e afetando estados e municípios também pela recessão prolongada. Quando começou a crise, ao invés de tomar medidas profundas, foram tangenciando o problema com a contabilidade criativa. Isso gerou o quadro que temos hoje.

O novo governo tem atuado na direção correta?

O governo Temer adotou algumas medidas, mas ainda insuficientes para tirar o país do retrocesso e da inércia. Essas propostas, embora insuficientes, são bem-vindas porque sinalizam uma busca por melhoria da gestão da economia brasileira.

Por que são medidas insuficientes?

Entendo que ainda é preciso fazer um super Refis, com redução de multas e

juros e alongamento de prazo de pagamento para as empresas. Não pode ser esse “Refzinho” com cara fiscalista. Tem de ser um Refis econômico com a cara e a necessidade da economia brasileira. As pessoas físicas e as empresas estão inadimplentes porque querem estar? Claro que não. Estão inadimplentes pela crise da economia provocada pelo governo anterior. Hoje, a metade das empresas e 60 milhões de pessoas estão inadimplentes. Metade dos estados também está inadimplente e o próprio governo federal está com dificuldades imensas. Então o governo tem de ser mais enérgico nas medidas que está propondo.

E como resolver essa situação geral de inadimplência?

O super Refis é fundamental para sairmos da crise em que estamos. A liberação do FGTS de contas inativas é muito bem-vinda, mas é preciso



Segundo Haully, os bancos estão sendo excessivamente duros na cobrança das dívidas

chamar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e os demais bancos públicos e recomendar que renegociem as dívidas e injetem dinheiro na economia. Sem renegociar dívidas, sem pôr dinheiro e sem reduzir a taxa de juros não há como alavancar a economia. E depois, o governo pode chamar o Bradesco e o Itaú que, com os bancos públicos, têm cerca de 70% do crédito, e pedir para colocarem dinheiro. Hoje você chega a um banco para acertar uma dívida e quer negociar uma redução de juros em dívidas em atraso, mas eles querem é te levar a leilão. É hora de compreender que há uma necessidade econômica maior.

O Congresso Nacional poderá aperfeiçoar a proposta do governo nessa direção?

Sim, com certeza absoluta. Estou pedindo a anexação do meu projeto de

Refis à tramitação da proposta do governo e aconselhei aos deputados que têm projeto de renegociação de dívidas tributárias para que façam o mesmo. Tem de ser um Refis econômico, incluindo o que a equipe econômica puder fazer dentro do mundo microeconômico para retirar as empresas da situação de inadimplência. Num segundo plano precisamos continuar com as reformas estruturantes: previdenciária, trabalhista, administrativa, fiscal e a mãe das reformas, que é a tributária.

E o senhor acredita que há vontade política para isso?

Percebo que o próprio presidente da República, Michel Temer, com quem já falei duas vezes, e Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, ainda não captaram o que estamos fazendo lá na Câmara. Nós já estamos com a proposta de reforma tributária

pronta, fazendo apenas ajustes finos. Queremos começar as audiências públicas em fevereiro.

E quais são os principais pontos dessa reforma tributária?

Primeiro, uma simplificação radical a partir da tributação sobre a base de consumo. Teríamos apenas dois impostos, um seletivo monofásico e outro sobre o valor agregado, como os dois tributos clássicos europeus. Esses dois congregariam toda a tributação sobre a base de consumo que hoje está poluída. A União ficaria com o imposto seletivo e os estados com o imposto de valor agregado, com uma lei única e uma cobrança no destino. Seria uma verdadeira revolução da tributação sobre o consumo e acabaria com a guerra fiscal. Poderíamos desonerar os alimentos e medicamentos, por exemplo. Se não der para zerar, ao menos teríamos a alíquota mais próxima de zero.

EMPRESÁRIOS APOIAM REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A reforma da Previdência, em tramitação no Congresso Nacional, e a Emenda Constitucional que limitou os gastos públicos, receberam apoio de empresários de diversos setores durante a quarta reunião com o presidente da República, Michel Temer, ocorrida em dezembro. No encontro, que contou com a presença dos presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade (esq. na foto), e do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI), João Henrique Sousa (dir. na foto), Temer reforçou a necessidade da medida para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário.



Foto: Marcos Corrêa/PR



Foto: Brian A Jackson / Shutterstock.com

MEI DIVULGA CALENDÁRIO DE AÇÕES EM 2017

A rede de Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) lançou seu calendário de ações para 2017. Coordenada pela CNI, a rede desenvolveu, no ano passado, um programa de imersão em ecossistemas de inovação, em que os participantes conheceram laboratórios de pesquisa e desenvolvimento e empresas referência em inovação, tanto no Brasil como no exterior. A primeira edição da imersão, em 2017, acontecerá em março, e visitará empresas em cinco estados. A ação é uma parceria da CNI com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

APROVAÇÃO DE REFORMAS É PRIORIDADE PARA A INDÚSTRIA

“Para se retomar o crescimento econômico, a CNI espera a aprovação urgente das reformas da Previdência, política e tributária, da regulamentação da terceirização e da racionalização das normas ambientais”, afirmou o presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, Paulo Afonso Ferreira, durante a abertura do *Seminário RedIndústria*, ocorrido no dia 1º de fevereiro, em Brasília. Além disso, temas como repactuação de dívidas tributárias das empresas, redução da burocracia e aumento da segurança jurídica no ambiente de negócios também são fatores fundamentais para a recuperação da indústria nacional.



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



Foto: Fh Photo / Shutterstock.com

BRASIL MAIS PRODUTIVO CRESCER, EM MÉDIA, 50%

As mais de 1.100 empresas participantes do programa *Brasil Mais Produtivo* aumentaram sua produtividade, em média, 52,7%. Em termos de qualidade de seus produtos, o ganho médio foi de 56,5%. Também foi verificado que o tempo médio de retorno do valor investido pelas empresas é de quatro meses e o aumento do lucro líquido, em média, é de 10 vezes o montante aplicado. O balanço é do SENAI, um dos executores do programa. Desde abril do ano passado, o programa recebeu cerca de 3,5 mil cadastros de empresas de pequeno porte, sendo a maior parte proveniente dos setores de vestuário, calçados e alimentos.

VIOLÊNCIA GERA CUSTO ALTO

A cada ano, cerca de R\$ 130 bilhões deixam de ser investidos pelo setor industrial no Brasil por causa da violência. A estimativa faz parte do estudo “Deficiência na segurança pública reduz competitividade do Brasil”, realizado pela CNI. O valor é gasto com segurança privada e para repor as perdas com roubos de cargas e vandalismo. O número de ocorrências de roubo e furto de carga aumentou 64% em cinco anos, chegando a 20.803, em 2015. Para realizar o estudo, foram considerados dados do Banco Mundial e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Foto: Africa Studio/ Shutterstock.com

O ROTEIRO DA REFORMA

TRAMITAÇÃO DA PROPOSTA QUE MUDA A PREVIDÊNCIA VAI À COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA E DEPOIS PASSA POR DEZENAS DE SESSÕES ATÉ A ESPERADA VOTAÇÃO FINAL NO SENADO

Congresso deve concluir votação da reforma da Previdência ainda no primeiro semestre de 2017



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) espera ver a reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional ainda no primeiro semestre do ano legislativo. Caso contrário, será inviável garantir a sustentabilidade do atual sistema previdenciário e seus benefícios em um futuro próximo. “Sem a reforma da Previdência, dificilmente conseguiremos sair da recessão”, avalia o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 287/2016), de autoria do governo federal, teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados na madrugada de 15 de dezembro de 2016, quando o colegiado decidiu que a matéria não fere a Constituição.

O passo seguinte a ser dado será a apreciação do texto da reforma por

uma Comissão Especial da Câmara a ser instituída pelo presidente da Casa. No dia 09 de fevereiro, a comissão especial foi instalada e elegeu para a presidência do colegiado o deputado Carlos Marun (PMDB-MS). Para a relatoria, foi escolhido o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). O prazo máximo para apreciar a PEC é de 40 sessões legislativas.

O relator da PEC na Comissão Especial apresentará um parecer favorável ou contrário à matéria. Na hipótese de o parecer ser favorável e aprovado, a proposta seguirá para apreciação no plenário após o intervalo de duas sessões. Em plenário, a matéria será submetida a dois turnos de votação, com intervalo de cinco sessões entre cada um. São previstas 52 sessões na Câmara.

Se aprovada a proposta pelo plenário, o texto seguirá para Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), que terá 30 dias para emitir parecer. Como não há comissão especial

no Senado, em caso de aprovação, a PEC seguirá direto para o plenário daquela Casa.

Cinco dias após a publicação do parecer da CCJ, o texto poderá entrar na pauta. A votação ocorrerá em dois turnos, com intervalo mínimo de cinco dias úteis entre cada sessão. Se os senadores fizerem mudanças, o texto retornará para a Câmara, com votação em dois turnos. O prazo total previsto para a tramitação no Senado é de 40 dias.

Para a CNI, adiar o ajuste nas regras previdenciárias significa privilegiar a geração atual de trabalhadores em detrimento daqueles que ainda entrarão no mercado de trabalho, aumentando o custo suportado pela futura geração. As projeções indicam que os critérios atuais para concessão, cálculo e reajuste dos benefícios não são atuarialmente equilibrados e estão desatualizados em termos de expectativa de vida da população brasileira.



Foto: José Paulo Lacerda

Possível prática de dumping contraria as regras do mercado internacional



CHINA NÃO É ECONOMIA DE MERCADO

HÁ SETORES EM QUE OS PREÇOS DOS PRODUTOS SÃO MANTIDOS BAIXOS DEVIDO A INTERVENÇÕES DO ESTADO NA ECONOMIA. STATUS ECONÔMICO DO PAÍS NÃO É RECONHECIDO POR EUA E UNIÃO EUROPEIA. CONFLITO DEVE SER SANADO PELA OMC

Em dezembro de 2016, a República Popular da China deveria ter reconhecido sua condição plena de economia de mercado, mas não foi o que aconteceu. Estados Unidos (EUA) e União Europeia (UE) acusam a potência asiática de praticar *dumping*, o que é proibido nas relações comerciais internacionais. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o reconhecimento dessa condição pelo mercado internacional não deve ser automático. Incomodados com as críticas, os chineses resolveram recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) em um painel contra a atitude da UE. Diante da divergência, o Brasil, de acordo com o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Abrão Miguel Árabe Neto, ingressará como terceira parte desse processo e acompanhará a disputa como observador.

No Protocolo de Acesso assinado em 2001, a China se comprometia a modificar, no prazo de 15 anos, aspectos de sua legislação, regulamentos, normas e medidas administrativas que eliminassem a presença do Estado na economia,

como o controle de câmbio e, por sua vez, colocassem o país em situação de atuar, de igual para igual, no comércio internacional de mercadorias e serviços. A adequação às regras multilaterais era a condição imposta pela OMC para que a China fosse reconhecida como economia de mercado. Segundo o setor privado brasileiro, no entanto, com o vencimento do período de ajustes, em dezembro passado, o país segue com práticas de *dumping*. “Para a indústria brasileira, a China não é economia de mercado. Ainda há setores em que os preços dos produtos são mantidos artificialmente baixos devido a intervenções do Estado na economia”, explica o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

Como economia de mercado, a China passa a ter o mesmo tratamento de outros países da OMC. Porém, importantes *players* do mercado global, como Estados Unidos e União Europeia, não reconhecem essa condição. Há, inclusive, um projeto de lei em tramitação no Congresso norte-americano para dificultar ainda mais esse eventual reconhecimento automático do novo status chinês.

O Parlamento Europeu se manifestou contrário ao título e exigiu da Comissão Europeia uma proposta para atender aos interesses da indústria. O bloco quer nova regulamentação, em que sejam demonstradas distorções no mercado devido à intervenção do Estado na economia.

A CNI defende que, para neutralizar os danos à indústria nacional causados por importações da China, o Brasil utilize um método alternativo de apuração do valor nominal e continue desconsiderando preços e custos daquele país em investigações *antidumping*.

“A melhor interpretação é de que deve haver uma mudança apenas procedimental. Nas medidas *antidumping*, a inversão do ônus da prova no que se refere à inexistência de condições de economia de mercado na China”, sugere Carlos Abijaodi. Se for adotada essa orientação, a indústria brasileira terá condições de alegar que os chineses não estão praticando as regras de uma economia de mercado e, assim, pedir a abertura de uma investigação *antidumping* ou questionar sua conduta durante o processo.

DE OLHO NA ARGENTINA

PARA REAQUECER RELAÇÕES, FÓRUM RETOMA DIÁLOGO COM MAIOR E MAIS TRADICIONAL PARCEIRO COMERCIAL NA AMÉRICA LATINA

Primeiro passo será ampliar e impulsionar investimentos brasileiros no mercado argentino



Foto: Manvmedia / Shutterstock.com

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) pretende interromper o ciclo de quatro anos de desaquecimento nas relações comerciais e investimentos das empresas brasileiras na Argentina e, para isso, desde o final de 2016, tem intensificado o diálogo com o país vizinho por meio do *Fórum de Empresas Transnacionais Brasileiras* (FET).

O grupo, formado por 35 empresas brasileiras e coordenado pela CNI, agendou encontros com representantes governamentais e entidades argentinas. No dia 7 de fevereiro, o presidente argentino, a começar pelo presidente do país, Mauricio Macri, visitou o Brasil.

O primeiro passo do *Fórum* será em direção à ampliação e impulsão dos investimentos brasileiros no mercado argentino, tendo como plano geral a defesa de sete ações: melhorar o acordo para evitar a dupla tributação; celebrar acordo para liberalizar compras públicas no Mercosul; constituir fundo para financiar projetos; manter o crédito para subsidiar renovação da frota de transporte; facilitar fluxos de comércio intrafirma; firmar acordo de investimento no Mercosul; e restituir, com agilidade, créditos fiscais de Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Entre 2008 e 2011, o Brasil foi o maior investidor estrangeiro na Argentina, período em que o fluxo médio anual foi de US\$ 1 bilhão aplicados. No entanto, a partir de 2012, os investimentos

começaram a cair drasticamente e, de 2012 a 2015, esse fluxo ficou em, apenas, US\$ 300 milhões por ano, uma queda forte de 70%.

“Os dois países precisam criar mecanismos para financiar projetos produtivos e de infraestrutura e se comprometer a não restringir o comércio intrafirma, essencial para não desestimular os investimentos”, aponta o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

Atualmente, o Brasil possui US\$ 6 bilhões em estoques de investimentos na Argentina, quarto maior investidor neste país, atrás de Estados Unidos, Espanha e Holanda.

Em 2006, o Brasil respondia por 34,4% das compras externas da Argentina. Em 2015, esse percentual caiu para 22,2%. No mesmo período, a China ampliou sua participação, passando de 9% para 15%, e os Estados Unidos mantiveram a fatia de 15% desse mercado.

As exportações do Brasil para a Argentina, em 2016, alcançaram a marca de US\$ 13 bilhões, um crescimento de 4,6% com relação a 2015. O crescimento do comércio com a Argentina contribuiu para o superávit recorde do Brasil no ano passado, no total de US\$ 47,7 bilhões, o maior valor atingido desde o início da série histórica, em 1989. Em comparação entre o ano passado e 2015, a balança comercial brasileira no azul mostra ainda um forte avanço. No período de 12 meses, o saldo cresceu 142,3%.



CONSUMIDOR MAIS CONFIANTE

PESQUISA DA CNI MOSTRA BRASILEIROS MAIS OTIMISTAS EM RELAÇÃO À INFLAÇÃO, AO EMPREGO E À RENDA PESSOAL. CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES CRESCER 3,5%, EM JANEIRO DE 2017, EM RELAÇÃO AO MÊS ANTERIOR. ANIMAÇÃO PODE VOLTAR A AQUECER O MERCADO

Otimismo de consumidor
pode reaquecer economia
neste início de ano



A população brasileira está mais otimista com a economia, mas também mais cautelosa com compras de maior valor. É o que revela pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que mede o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC), divulgada no dia 27 de janeiro.

O levantamento mostra que o INEC aumentou 3,5% em janeiro de 2017 em relação a dezembro do ano passado, alcançando 103,8 pontos. Esse número está 5,3% acima do registrado em janeiro de 2016. Mesmo assim, o indicador continua 4,5% abaixo da média histórica, que é de 108,7 pontos.

Segundo a pesquisa, os brasileiros estão mais otimistas neste início de ano porque melhoraram as perspectivas em relação à inflação, ao emprego e à renda pessoal. A percepção do consumidor quanto à inflação aumentou 8,1%. Em relação ao desemprego, subiu 8,3%, e

quando o tema é renda pessoal, o otimismo cresce a 7,5% em janeiro de 2017, na comparação com o mês anterior. Quanto maior o índice, maior é o número de pessoas com respostas positivas e que esperam a queda da inflação e do desemprego e o aumento da renda pessoal.

A população brasileira também percebe melhora de sua situação financeira e redução de seu endividamento. Mesmo assim, está cautelosa com as compras de maior valor, como automóveis, móveis e eletrodomésticos. O índice de expectativas de compra de maior valor nos próximos seis meses caiu 2,6% em relação a dezembro e está 4,5% menor do que o de janeiro de 2016. Para a CNI, isso reflete um comportamento mais cauteloso devido à perda de rendimento com a recessão prolongada.

“As compras de maior valor exigem financiamentos e, conseqüentemente, comprometimento de parte da renda por

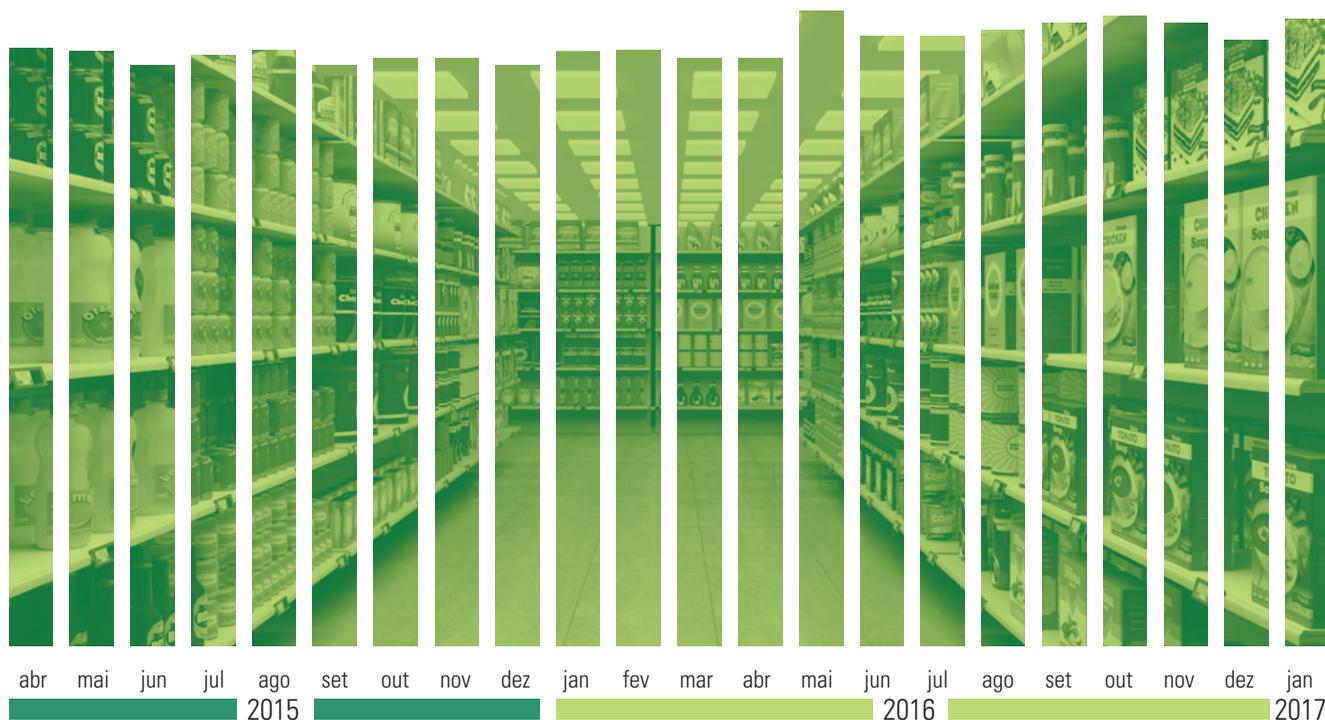
mais tempo. Por isso, a disposição dos consumidores vai melhorar na medida em que as pessoas se sentirem mais seguras com o emprego e com as condições financeiras”, explica o economista da CNI Marcelo Azevedo. Ele pondera que a reação às expectativas de compra de maior valor depende da confirmação, na prática, da queda da inflação e do desemprego e da melhora da renda da população.

Azevedo comenta que o INEC é um índice importante porque antecipa tendências de consumo. Consumidores confiantes, com percepções positivas em relação ao emprego, e seguros com relação à situação financeira, tendem a comprar mais, o que aquece a atividade econômica.

Esta edição do INEC, feita em parceria com o Ibope, ouviu 2.002 pessoas em 141 municípios entre 19 e 23 de janeiro de 2017.

SÉRIE HISTÓRICA DO INEC

99,0 98,7 96,2 97,9 98,9 96,3 97,3 97,6 96,3 98,6 98,7 97,6 97,5 105,2 101,0 101,2 102,0 103,1 104,4 103,2 100,3 103,8



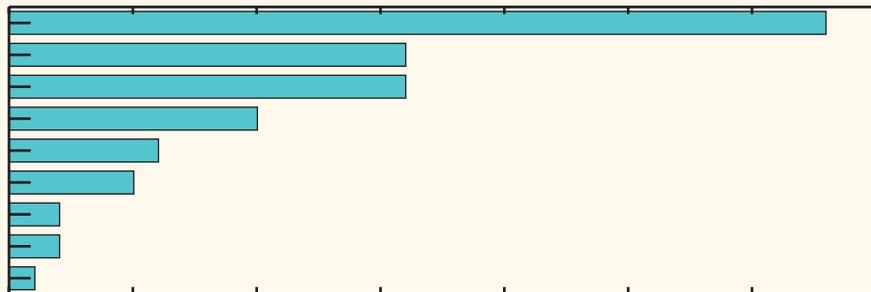
Média histórica: 108,7

Fonte: INEC/CNI

POPULARIDADE DE TEMER CAI

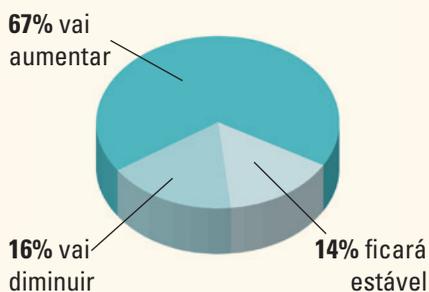
Saúde	33%
Corrupção	16%
Desemprego	16%
Educação	10%
Economia	6%
Violência/segurança	5%
Fome/miséria	2%
Inflação	2%
Salário	1%

Principais preocupações dos brasileiros:

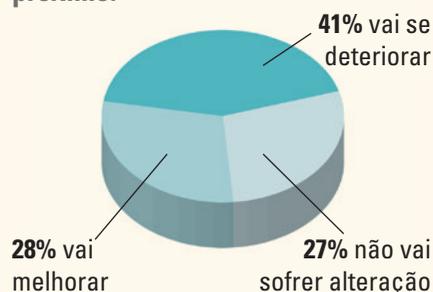


O Instituto Datafolha divulgou, em janeiro, os percentuais de avaliação do governo do presidente da República, Michel Temer. De acordo com a pesquisa, 10% consideram o governo ótimo ou bom; 34% avaliam como regular; 51% como ruim ou péssimo; e 5% não sabem responder. Sobre desemprego, 67% acham que o índice vai aumentar e 41% preveem uma deterioração da economia em um futuro próximo.

Desemprego no governo Temer:



A economia do Brasil num futuro próximo:

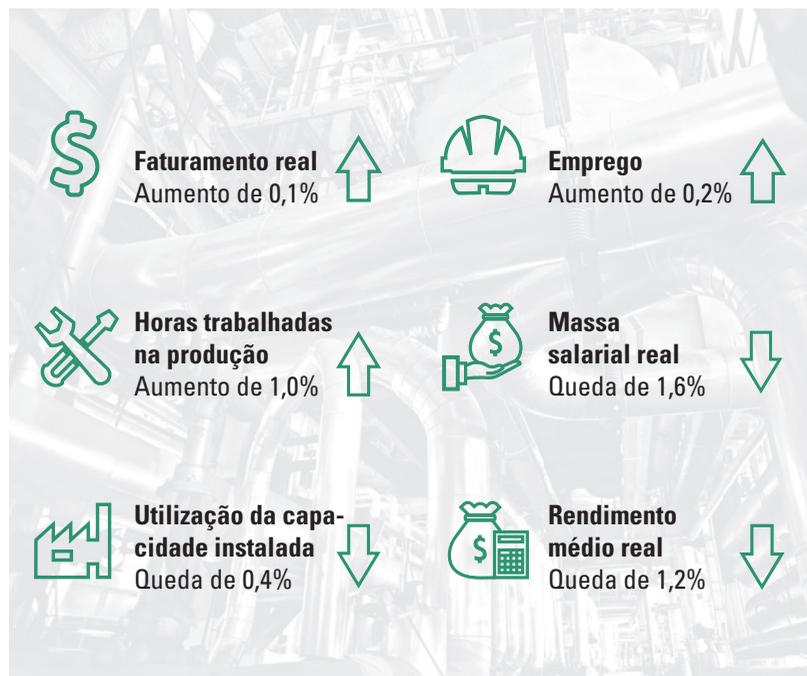


* O Datafolha ouviu 2.828 pessoas acima de 16 anos, entre os dias 7 e 8 de dezembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

FATURAMENTO REAL DA INDÚSTRIA CAI 12,1% EM 2016, DIZ CNI

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta queda de 12,1% no faturamento real da indústria em 2016. Segundo a entidade, no ano passado, todos os indicadores industriais caíram em comparação com 2015: massa salarial (-8,6%), emprego (-7,5%), horas trabalhadas (-7,6%) e rendimento médio real (-1,2%). Foi o segundo ano consecutivo de redução em todos os resultados. A pesquisa da CNI aponta, ainda, que o nível de utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria voltou a cair em dezembro e fechou o ano em 76%, o menor nível de toda a série histórica iniciada em 2003. Para Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI, em termos anuais, a queda do emprego industrial foi recorde. Ele acredita que os dados divulgados pela CNI demonstram que a indústria dá sinais de que “bateu o fundo do poço”. “As empresas podem estar esperando uma retomada da demanda para 2017”, afirmou.

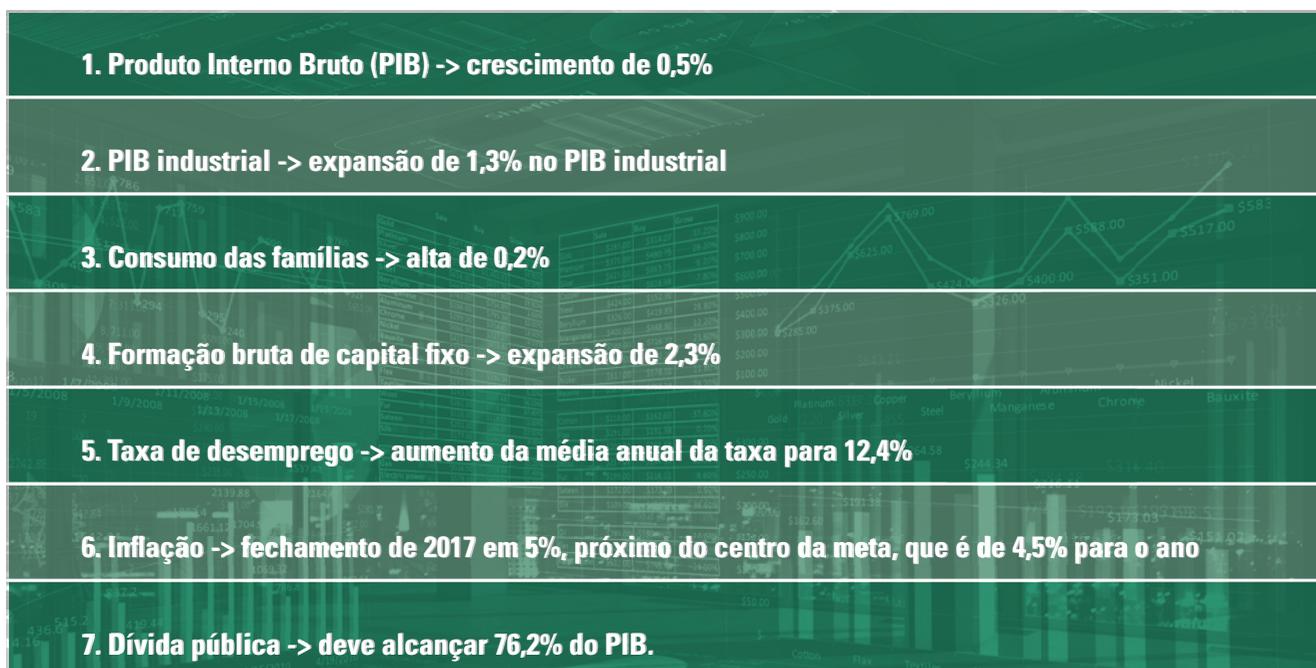
Indicadores industriais - Dezembro de 2016



EXPECTATIVAS PARA A ECONOMIA EM 2017

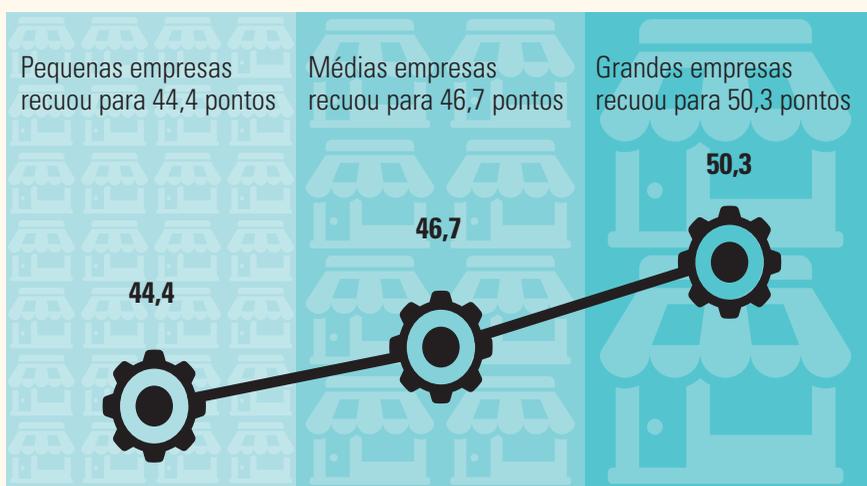
Sair lentamente da recessão, com inflação próxima do centro da meta, e retomar, gradativamente, a capacidade de consumo das famílias. Essas são algumas estimativas da CNI, para 2017, publicadas no documento *Economia Brasileira 2016*. O informe conjuntural traz o balanço de 2016 e apresenta as sete principais perspectivas do órgão para a economia e para a indústria neste ano.

Expectativas da CNI para 2017*



*em comparação com 2016

ICEI - Dezembro de 2016



INDUSTRIAIS POUCO CONFIANTES

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), referente a dezembro, caiu para 48 pontos. Pequenos empresários demonstram menos confiança na economia, como aponta o índice de 44,4 pontos neste segmento. O ICEI é um indicador que antecipa a tendência de desempenho da economia. Quando fica abaixo dos 50 pontos, sinaliza falta de confiança do empresariado. Desde setembro, o levantamento feito pela CNI acumula queda de 5,7 pontos. A média histórica do índice é de 54,1 pontos. A pesquisa ouviu 2.971 empresas em todo o país.



Foto: Jarous / Shutterstock.com

DADOS POSITIVOS NA CONSTRUÇÃO PERNAMBUCANA

Sondagem da Indústria da Construção de Pernambuco, referente ao mês de novembro, apontou aumento de 0,4 ponto no Nível de Atividade em relação a outubro, que marcou 41,1 pontos. Os dados foram obtidos pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), que indicou, ainda, elevação de 3,9 pontos no número de empregados no setor. Para os próximos seis meses, a projeção é positiva, especialmente quanto ao número de empregados (52,7 pontos), um aumento de 3,3 pontos em relação ao período anterior.

CÂMBIO PREJUDICA EXPORTAÇÕES DE SC

As exportações catarinenses fecharam 2016 em queda de 0,7% em relação a 2015. O resultado não foi melhor porque o valor em dólar dos produtos teve redução, embora o volume exportado tenha subido 4,7%. Apesar disso, o presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), Glauco José Côrte, avalia que os números podem ser considerados bons, tendo em vista o cenário econômico e a instabilidade cambial. Para ele, o setor produtivo somente reaverá a competitividade com o ajuste fiscal e a aprovação das reformas trabalhista e da Previdência.

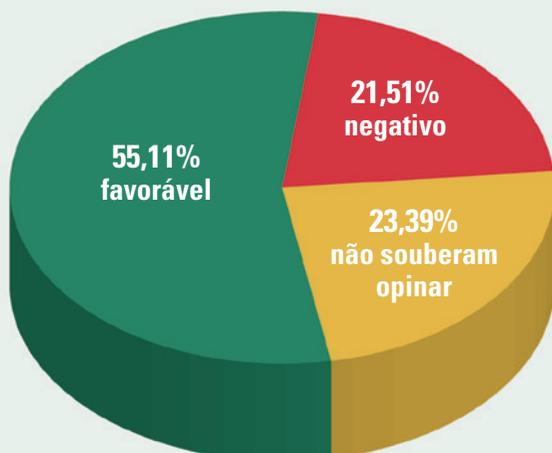


Foto: flickr.com / Programa de Aceleração do Crescimento

EMPRESÁRIOS DO PARANÁ MAIS OTIMISTAS

A 21ª *Sondagem Industrial*, realizada anualmente pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR), mostra que mais da metade dos empresários do estado enxerga 2017 com expectativas favoráveis ao negócio. A pesquisa foi feita com 397 empresas, sendo 107 de médio e grande portes e 290 micro e pequenas empresas.

2017 será um ano...



Fonte: 21ª Sondagem Industrial FIEP



Foto: Nejrón Photo / Shutterstock.com

MADE IN MINAS

O *Projeto Identidade - Made in Minas* entra em sua última etapa: a construção do conceito de marca das 24 empresas participantes da iniciativa do Sindicato das Indústrias de Joalherias, Ourivesarias, Lapidações e Obras de Pedras Preciosas, Relojoarias, Folheados de Metais Preciosos e Bijuterias no Estado de Minas Gerais (Sindijoias). Destaque no *Prêmio Melhores Práticas Sindicais* da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), a ação propõe a criação de um DNA para cada marca. O projeto conta com a parceria do Sebrae-MG e do Instituto By Brasil.

BRASIL MAIS PRODUTIVO CHEGA A ALAGOAS

Os setores Moveleiro, Metalmeccânico, Vestuário e calçados e Alimentos e bebidas de Alagoas são os mais novos integrantes do programa *Brasil Mais Produtivo*, idealizado pela CNI e operado pelo SENAI e coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O programa oferece serviços de consultoria para aumentar a produtividade de pequenas e médias indústrias em, no mínimo, 20%. De acordo com o diretor regional do SENAI-AL, Marben Loureiro, "o *Brasil Mais Produtivo* veio para melhorar o padrão das empresas participantes em curto prazo e a baixo custo".



Foto: Alexander Tolstykh / Shutterstock.com

GIRO GLOBAL

ALEMANHA EM RITMO DE CRESCIMENTO

A economia alemã crescerá em torno de 1,5% em 2017, segundo estimativa da Federação da Indústria Alemã (BDI). A previsão é do presidente da BDI, Dieter Kempf, apesar de crer que a situação global é mais incerta do que nos anos anteriores e que as fontes de conflito estão cada vez mais próximas da União Europeia. "Para manter os patamares de crescimento altos, teremos que trabalhar mais, mas será preciso que haja investimento público em transporte, energia, redes digitais e educação", afirma.



PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE NA ZONA DO EURO



A produção industrial na União Europeia teve alta de 1,5% em novembro de 2016, após modesto avanço de 0,1% no mês anterior, de acordo com dados da Agência de Estatísticas Eurostat. Entre outubro e novembro, as taxas de produtividade mais elevadas foram obtidas na Irlanda (16,3%), na Dinamarca (4,6%) e na Croácia (3,7%). Na Alemanha, a indústria cresceu 0,3%; na França, 2,2%; e na Itália, 0,7%. No sentido oposto, houve queda na produção, de 0,9%, tanto na Grécia como em Portugal.

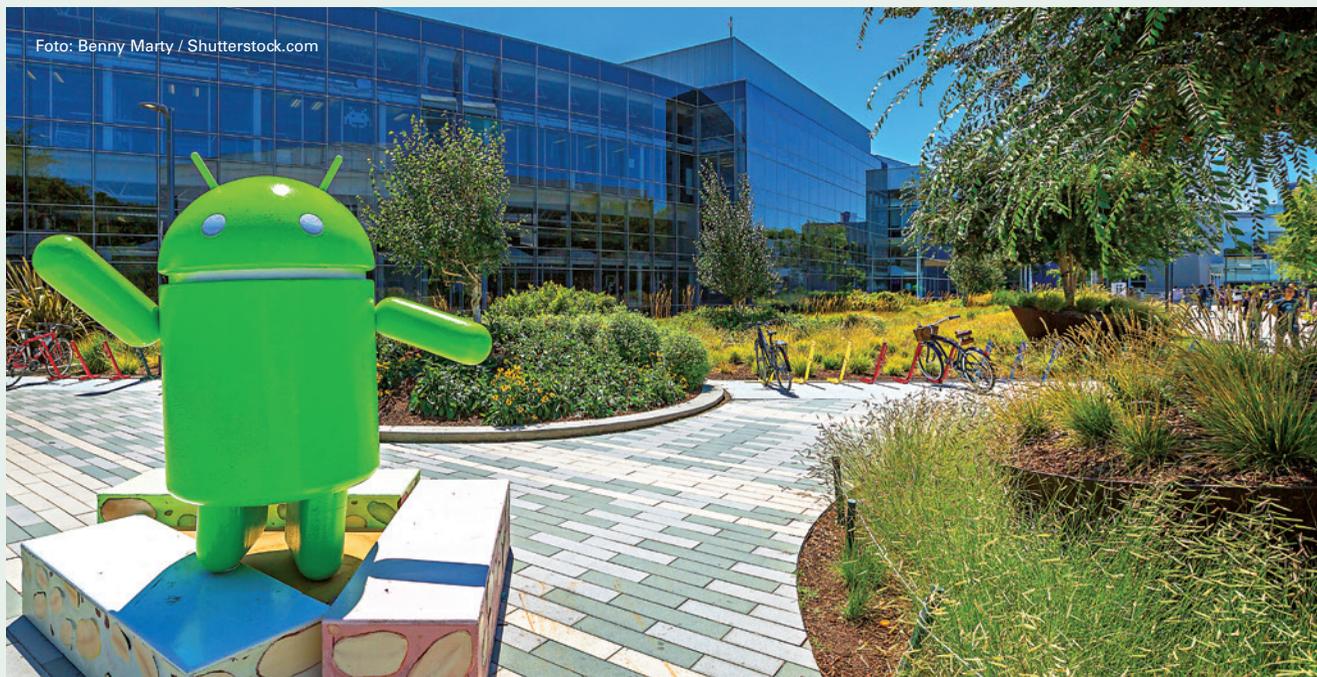
MAIS TRANSPARÊNCIA NAS RELAÇÕES COM REINO UNIDO

Para o presidente da BDI, Dieter Kempf, deve-se estabelecer regras mais claras de atuação da indústria alemã perante a União Europeia e desta com o Reino Unido, depois do Brexit, a decisão de saída do Reino Unido da União Europeia. Segundo Kempf, "as empresas necessitam, agora, de segurança jurídica e de transparência quanto à nova estrutura das nossas relações com o Reino Unido. A UE é o motor do crescimento e do emprego na Europa", disse.



VALE DO SILÍCIO RECEBE BRASILEIROS

A Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham) promove, entre 23 e 28 de abril, a primeira Missão Internacional de Inovação, no Vale do Silício, Estados Unidos (EUA). Empresas brasileiras terão a oportunidade de conhecer como atuam grandes corporações da área de tecnologia como Google, Netflix, Uber, Tesla (empresa considerada a mais inovadora do mundo em 2015), entre outras. Serão apresentadas as melhores práticas, novas metodologias e tendências de inovação dessas empresas. As inscrições estão abertas e as vagas são limitadas.



ENQUANTO ISSO NO BRASIL...

Os negócios com os EUA devem se manter equilibrados no governo do presidente norte-americano, Donald Trump, avalia Deborah Vieitas, CEO da Amcham. Para Vieitas, Trump tende a adotar uma postura protecionista em assuntos de comércio exterior, além de ser mais duro nas negociações, mas isso não deve afetar o mercado brasileiro. “A gente não tem déficit comercial com os EUA, as nossas empresas implantadas lá são exportadoras, somos receptores de investimento americano na ordem de US\$ 116 bilhões e as subsidiárias brasileiras exportam, a partir dos EUA, cerca de US\$ 5,6 bilhões em produtos e serviços para outros países”, destaca.



APROVADA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

EM MEIO A MANIFESTAÇÕES CONTRÁRIAS PELAS RUAS E OCUPAÇÕES DE ESCOLAS POR ESTUDANTES, SENADO APROVA FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO E ABRE CAMINHO PARA QUE JOVENS TENHAM MAIS CHANCES NO MERCADO DE TRABALHO

No dia 8 de fevereiro, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória (MP) nº 746/2016, que trata da reforma do Ensino Médio, com segmentação de disciplinas segundo áreas do conhecimento e implementação do ensino integral. Com isso, além de destravar a pauta de votações da Casa, os senadores deram fim a quase quatro meses de debates. Para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), instituições administradas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a aprovação da MP é um avanço na inclusão do curso técnico no currículo regular, o que permitirá aos estudantes iniciar mais cedo e de forma qualificada a vida profissional, possibilitando, assim, mais oportunidades no mercado de trabalho.

Educação em tempo integral e flexibilização curricular são a espinha dorsal da reforma. As mudanças ampliam a carga horária mínima anual de 800 para 1,4 mil

horas, gradualmente, tornam uma parte do conteúdo comum e obrigatória a todos os estudantes, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outra parte opcional, entre cinco “itinerários formativos”: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional. Os itinerários serão definidos por cada estado, de acordo com sua realidade, e o estudante terá autonomia para escolher aquele que for de seu interesse.

A critério dos sistemas de ensino, a oferta de Formação Técnica e Profissional considerará a inclusão de práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação por meio de parcerias. Os professores desse itinerário de formação poderão ser profissionais de notório saber em sua área de atuação ou com experiência profissional atestada por titulação específica ou prática de ensino.

A inclusão da opção de Formação Técnica e Profissional é a principal conquista

da proposta, na avaliação do diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi. “A flexibilização do currículo do Ensino Médio é um avanço que vai ao encontro da contemporaneidade do mundo, que exige maior articulação com a educação profissional, o itinerário flexível, a inclusão da experiência prática no setor produtivo e a concessão de certificações intermediárias de qualificação para o trabalho. Esperamos que a nova lei produza o resultado que todos desejamos: um Ensino Médio conectado com as aspirações dos alunos, capaz de transmitir os conhecimentos fundamentais para a cidadania e que crie oportunidades de inserção qualificada dos nossos jovens no mercado de trabalho. Temos de alinhar nosso sistema educacional às melhores experiências internacionais”, defende Lucchesi, ressaltando que, na Áustria, quase 77% dos estudantes fazem Ensino Médio regular junto com a Educação Profissional e, na Finlândia, são cerca de 70%. No Brasil, esse número era de 11%, em 2015.



No Brasil, somente 11% dos estudantes fazem Ensino Médio regular junto com a Educação Profissional

O diretor do SENAI acrescenta que, a partir da crise econômica global de 2008 e 2009, houve transformações significativas na agenda de políticas públicas educacionais de quase todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos principais emergentes, na direção de oferecer maior estímulo à educação profissional. “Precisamos de um modelo de educação, no Brasil, que dialogue com uma estratégia de construção da sociedade do futuro, em que a agenda de cidadania seja importante e a geração de riqueza e o engajamento do jovem no mundo do trabalho sejam igualmente relevantes”.

De acordo com Lucchesi, que também é superintendente-geral do SESI e diretor de Educação e Tecnologia da CNI, “a nova lei é apenas um passo de um longo percurso. A partir de agora, dirigentes públicos e privados, educadores, pais e estudantes precisam trabalhar juntos para vencer os desafios de sua implementação.”

O Sistema Indústria avalia que o investimento em carreiras técnicas é medida indispensável para o Brasil acompanhar o movimento global de surgimento das novas cadeias de valor e do uso cada vez mais intenso de tecnologias digitais nos processos produtivos. “O país precisa de trabalhadores educados e bem formados que saibam utilizar equipamentos, criar soluções para os problemas do dia a dia, adaptar processos e produtos e desenvolver inovações”, diz nota divulgada pela CNI.

Para o ministro da Educação, Mendonça Filho, mudanças no modelo atual de Ensino Médio eram necessárias. “A gente parte para adequar a educação de nível médio no Brasil ao que acontece no mundo todo. A educação de nível médio no Brasil [hoje] se fixa onde não se valoriza o protagonismo do jovem, não se oferta itinerários formativos que valorizem, por exemplo, a formação técnica profissionalizante, em um currículo

engessado e que, portanto, precisa mudar.” Todas as regras valerão para escolas públicas e privadas, a partir do segundo ano letivo após a homologação da BNCC, cuja elaboração está a cargo do Ministério da Educação.

Parte das críticas à reforma do Ensino Médio se deveu à opção do governo federal de regular o assunto por medida provisória. Embora aprovada pelos senadores, não se deve esperar menos barulho em torno do tema. No Supremo Tribunal Federal (STF), há duas ações diretas de inconstitucionalidade apresentadas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que contestam o uso de uma MP para regular o assunto. Por tratarem do mesmo tema, elas foram apensadas e tramitarão juntas no STF, sob relatoria do ministro Edson Fachin. Não há data ainda definida para julgamento das ações pelo STF.

A SITUAÇÃO EM NÚMEROS



12,1% é a taxa de reprovação no Ensino Médio



1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos (17% do total) estão fora da escola



Apenas 18% dos jovens de 18 a 24 anos ingressam na educação superior



Desde 2011, o Ensino Médio no Brasil está estagnado



Porcentagem de alunos com aprendizado mínimo adequado em matemática cai desde 2005, tendo chegado a 9% em 2013

Fonte: Inep/MEC

OS PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA APROVADA NO SENADO



Conteúdo comum e obrigatório: Português e Matemática nos três anos do Ensino Médio. As demais serão decididas pelas redes e escolas, contanto que se garanta o que for definido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)



Alunos poderão escolher a área de formação na qual queiram se aprofundar: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional



Em cinco anos, a carga horária do Ensino Médio deve passar das atuais 800 horas anuais para 1.000 horas (5 horas diárias)



Ajuda do governo federal, durante 10 anos, para estados implantarem o Ensino Médio integral (7 h diárias) — meta é ter 25% dos alunos na modalidade até 2024 (hoje são 6%)



Profissionais com “notório saber” poderão lecionar no Ensino Técnico e Profissional



Profissionais graduados, sem licenciatura, poderão dar aulas no Ensino Médio, desde que façam complementação pedagógica

Fonte: Senado Federal

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>



Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA